



FEDERAL DE SANTA CATARINA
CSE - CENTRO SOCIOECONÔMICO

TENDÊNCIAS DE URBANIZAÇÃO EM ANGOLA

Dinâmica Urbana da Cidade de Luanda, Capital da República

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Aluno : MAYEMBE BOAVENTURA

Orientador : Prof. Dr. HOYÊDO N. LINS

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TENDÊNCIAS DE URBANIZAÇÃO EM ANGOLA

Dinâmica Urbana da Cidade de Luanda, Capital da República

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina
CNM 5420 - Monografia.

Por **MAYEMBE BOAVENTURA**

Orientador : **Prof. Dr. HOYÉDO N. LINS**

Área de Pesquisa: Economia Regional Urbana

Palavras chaves: 1. Urbanização
2. Organização espacial
3. Desenvolvimento

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

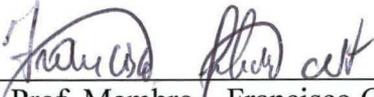
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Mayembe Boaventura na disciplina CNM5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

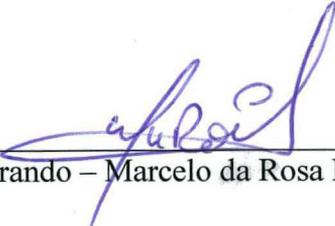
Banca:



Prof. Presidente – Hoyêdo N. Lins



Prof. Membro – Francisco Gelinsky Neto



Mestrando – Marcelo da Rosa Miltersteiner

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que em todos momentos da minha vida está presente guiando-me com a luz divina.

Aos meus Pais pela educação que recebi.

À minha companheira Maria Tereza e à nossa filha Alice que tanto sofreram com a minha ausência.

Ao Dr. Vangaziala, pelo incentivo.

Aos meus Professores, por me ensinarem e me apoiarem.

Aos meus colegas e amigos, pelo convívio.

À UFSC pela oportunidade que me foi dada.

À Comunidade Africana em Florianópolis, pela consideração e carinho.

À Eugênia por sempre me ajudar nos momentos em que precisei.

A todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para que esse trabalho fosse realizado.

BOAVENTURA M. *Tendências da Urbanização em Angola: Dinâmica Urbana da Cidade de Luanda, Capital da República.* Trabalho de Conclusão de Curso em Economia. UFSC. Florianópolis, 2001.

RESUMO: A urbanização é uma das facetas mais notórias e mais problemáticas do processo de profunda transformação econômica e social que atinge a generalidade dos países em desenvolvimento. O fenômeno da urbanização traduz-se na deslocação maciça e contínua das populações rurais para os principais centros urbanos, com uma profunda ruptura dos seus padrões de vida e do seu quadro social e cultural de referência, assim como no aumento exponencial da procura do solo urbano. A extensão do fenômeno e ausência de recursos humanos e materiais para o enquadrar fazem com que a expansão urbana se processe sobretudo por via informal e à margem do controle das administrações locais, produzindo o solo urbano com baixo padrão de qualidade de vida e com conseqüências negativas em diferentes níveis territoriais. República de Angola, país com a estrutura sócioeconômica desequilibrada por herança colonial, 30 anos de guerra civil e distúrbios das últimas décadas de economia mineira, enfrenta um problema agudo de urbanização acelerada e desordenada, sobretudo na cidade de Luanda, sua capital. É imperativo e urgente encontrar alternativas de produção do solo urbanizado adaptadas a este contexto em que os recursos disponíveis são muito escassos. Este trabalho visa contribuir na análise de fatores e condições da urbanização da cidade de Luanda, assim como das políticas de reabilitação urbana que foram geradas nos últimos anos.

LISTA DE FIGURAS

	<i>Pag.</i>
Figura 1. Localização geográfica da área de estudo.....	7
Figura 2. Procedimentos Metodológicos.....	9
Figura 3. A organização espacial da rede urbana	18
Figura 4. Divisão Administrativa-Territorial da República de Angola.....	30
Figura 5. Ilha de Luanda (imagem da década de 1990) e as conchas <i>zimbo</i> , que serviam de moeda local antes da chegada dos europeus.	34
Figura 6. A vista aérea da Fortaleza de <i>São Paulo de Loanda</i> fundada pelos portugueses ...	34
Figura 7. Contraste eminente entre o solo urbano e as ocupações anárquicas	38
Figura 8. Evolução Histórica da cidade de Luanda.....	40
Figura 9. As Imagens da parte Baixa de Luanda - centro administrativo, bancário e comercial da cidade	41
Figura 10. Mapa da cidade de Luanda (Escala 1:100 000).....	52

LISTA DE TABELAS

	<i>Pag.</i>
Tabela 1. Evolução histórica da urbanização da cidade de Luanda no contexto político-econômico regional.....	35
Tabela 2 População por Quadro de Residência e Respectivas Taxas de Crescimento e Distribuição da República de Angola (1970-2000).....	44
Tabela 3. Crescimento da População Segundo as Províncias (1970-1990).....	44
Tabela 4. Evolução da População de Luanda em Relação à População Total de Angola (entre 1940 e 1990).....	46
Tabela 5. Centros de Deslocados em Luanda em 1998.....	49
Tabela 6. ONGs Nacionais e Setores de sua atuação na Província de Luanda.....	54
Tabela 7. ONGs Estrangeiras e Setores de Atuação em Luanda.....	55

SUMÁRIO

<i>LISTA DE TABELAS</i>	iv
<i>LISTA DE FIGURAS</i>	v
<i>CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO</i>	3
1.1 INTRODUÇÃO.....	3
1.2 OBJETIVOS.....	5
1.3 ÁREA DE ESTUDO	6
1.4 METODOLOGIA	9
1.5 ESTRUTURA DE TRABALHO	10
<i>CAPÍTULO II. ESTRUTURA ECONÔMICA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO: ALGUMAS NOTAS</i>	12
2.1. INCURSÃO SOBRE AS IDÉIAS DE CIDADE E SOBRE AS BASES DE URBANIZAÇÃO	12
2.2. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A CIDADE. URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	17
<i>CAPÍTULO III. QUESTÕES GERAIS SOBRA A PROBLEMÁTICA DA URBANIZAÇÃO EM ANGOLA</i>	21
3.1 URBANIZAÇÃO EM ANGOLA: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA	21
3.2- ASPECTOS DA DINÂMICA URBANA NO SÉCULO XX: SEUS FATORES E PROBLEMAS ...	25
<i>CAPÍTULO IV A EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANA DE LUANDA NO PERÍODO COLONIAL</i>	32
<i>CAPÍTULO V. AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO DA LUANDA NO PERÍODO DE 1975 – 2000</i>	42
5.1. AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO DA LUANDA NO PERÍODO DE 1975 – 2000.....	42
5.2 A POPULAÇÃO E OS RECURSOS LABORAIS DA CIDADE DE LUANDA.....	45
5.3 SITUAÇÃO ATUAL E EFEITOS DA GUERRA.....	47
5.4 CIDADE DE LUANDA: ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO.....	50
CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

A urbanização é um processo irreversível. Talvez primeira vez na história, no período contemporânea, no Mundo inteiro vivem mais pessoas nas cidades e nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Mais do que um simples fenômeno demográfico, a urbanização galopante é um dos processos mais significantes que afetam os países em desenvolvimento e moldam o seu futuro. O resultado desse processo é uma transformação radical da estrutura interna das cidades, das complexidades das opções sociais, econômicas e ambientais que as mesmas oferece.

No decorrer das três décadas passadas, a população urbana dos países em via de desenvolvimento triplicou. No ano 2000, a expectativa é que seriam 2,2 bilhões de pessoas a viverem nas áreas urbanas na Ásia, África e América Latina. Aproximadamente a metade das cidades serão milionárias ou mais que isso. Cerca de cinquenta cidades estariam na casa de mais de quatro milhões de habitantes, cada uma, de acordo com prognóstico das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1990).

O presente trabalho pretende contribuir à análise da problemática urbana de Angola com ênfase nas tendências da cidade de Luanda. A situação de guerra em que vive Angola desde a sua Independência (Novembro de 1975), tem provocado êxodos das populações dos seus lugares de origem para locais de maior segurança (com maior incidência nos centros urbanos do litoral). Milhares de refugiados de outras províncias têm procurado abrigo na cidade capital - Luanda.

A necessidade de estudos complexos sobre o espaço Africano tem cada vez mais despertado a consciência da comunidade científica. Todavia, a percepção sociocultural foi distorcida pelos preconceitos criados pelo colonialismo europeu, que dominou de certa maneira, até praticamente as últimas décadas, os estudos científicos sobre o espaço sócio-geográfico africano. Tais estudos caracterizam-se pela falta de percepção sobre as inter-relações complexas que envolvem o espaço africano, donde surgem posições incoerentes

derivadas a partir de informações incompletas, servindo freqüentemente de elementos de extrapolações sem o maior critério sistêmico, chegando a uma visão distorcida de uma *certa unidade sócio-geográfica africana* (COSTA, 1999).

A atualidade da pesquisa da região de Luanda deve-se ao lugar particular que a capital ocupa entre outras cidades do País, e à especificidade da sua interação constante e multifacética com a estrutura socioeconômica do território em que se localiza. A complexidade da estrutura funcional e o alto grau da centralização conjugam-se com o desenvolvimento de amplos vínculos externos e, ao mesmo tempo, com um quase isolamento em relação à maior parte do território nacional (devido à situação político-militar), o que coloca a capital numa *ilha territorial* que detêm as funções de centro econômico, social, cultural e político do país. A alta densidade funcional num espaço restrito, os fluxos migratórios que ocorreram nos últimos anos, a ocupação desordenada das terras pelas construções anárquicas (crescimento dos *musseques**), as negligências para com as infra-estruturas, entre outro aspectos, levaram a uma degradação brusca do ambiente urbano e, como conseqüência, a um padrão de qualidade de vida muito baixo.

Varias são as preocupações com o saneamento básico e a degradação ambiental, assim como em relação ao avanço ameaçador a ocupação não regulamentada para as zonas de mangues, reconhecidas mundialmente como zonas detentoras da reprodução da biodiversidade , que deveriam ser preservadas intactas. É notória , entretanto, a preocupação do Governo Central de regularizar a situação socioeconômica, urbanística e urbe-ecológica da região e de elaborar neste âmbito um programa de intervenções adequadas.

* *favelas*

1.2 Objetivos

Objetivo Geral

Apresentar e discutir os problemas da urbanização acelerada em Angola nas últimas décadas, analisando o desenvolvimento da capital do país ,a cidade de LUANDA.

Objetivos Específicos

Os *objetivos específicos* enfeixam-se na questão referente ao papel da cidade-capital na organização do espaço regional e às possíveis alternativas ao seu desenvolvimento:

- 1) definir o papel da herança colonial na ocupação do território angolano e na organização urbano-regional;
- 2) diferenciar as etapas da evolução histórico-espacial da cidade de Luanda;
- 3) caracterizar os atuais fatores e as condições de urbanização acelerada dos espaços urbanos em Angola, em particular da cidade capital;
- 4) analisar o papel do Estado, organismos internacionais e ONG's quanto às tentativas de reconstrução e reabilitação dos espaços urbanizados e da qualidade de vida.

1.3 Área de Estudo

A área proposta para o desenvolvimento deste trabalho - é a região da cidade de Luanda, Capital de República de Angola, e o Centro Administrativo da Província de Luanda (Figura 1).

A referida província, como o espaço que enquadra o objeto do estudo, situa-se na parte Noroeste do Território Nacional, confinando ao Norte e ao Este com a Província do Bengo, e ao Oeste com o Oceano Atlântico.

As coordenadas geográficas da Cidade de Luanda são de 08° 49' Sul e de 13°13' Este, com a superfície aproximada de 503,1 km², e a população cerca de 3 milhões de habitantes (estimativa de 1997). Luanda situa-se entre as bacias dos rios Bengo (no Norte) e do rio Kwanza (no Sul), e ocupa a posição periférica em relação aos territórios do Sudeste e do Leste do País. A distância até as fronteiras do Sudeste é de 1400 km, até as de Leste é de 1200 km, e até as do Sul é de 900 km (KARNAUKHOVA, 1993).

A capital de Angola é uma cidade poli-funcional, que ocupa o primeiro lugar entre as cidades do país. Ela detém o papel do líder na esfera industrial. Luanda possui indústrias de diversos ramos, que definem a face econômica de todo País. Entre os ramos industriais destacam-se a construção de máquinas (equipamentos eletrotécnicos e meios de transporte), cabendo ressaltar que, amplia-se a rede de indústrias de equipamentos complexos e electro-eletrônicos. A indústria química é composta pelas empresas que produzem os adubos minerais, polímeros, pneus, embalagens e materiais de limpeza. A capital concentra também várias indústrias metalúrgicas, que produzem aço e derivados, assim como outros metais.

As indústrias têxtil, de calçado e tricotagem também estão amplamente representadas.

O setor alimentar orienta-se à produção da carne e embutidos, pão e pastelaria, açúcar, café, cacau, farinhas, vinho, manteiga, margarina, óleo e laticínios. A pesca representa uma das atividades tradicionais amplamente distribuídas ao longo do litoral angolano e sobretudo em Luanda. Contudo, o volume atual das produções não supre as necessidades de suplemento alimentar da população residente. E em virtude do isolamento, territorial por motivos do conflito civil, a maioria das necessidades é superada através das importações.

O complexo de construção atingiu ritmos significativos de crescimento nos últimos cinco anos, contudo, a maioria das suas necessidades supre-se através das importações.

A base energética da cidade é composta por uma séria de pequenas eletroestações ,a construção, das quais continua até hoje.

Em que pese a presença das setores de atividades assinalados , o complexo produtivo da cidade como um todo caracteriza-se pela estrutura econômica pouco desenvolvida ,revelando se e em grande parte dependente das importações de maquinaria e de algumas matérias primas.

Apesar de vários esforços governamentais, o setor de serviços sociais vem se deteriorando progressivamente ao longo dos últimos anos. As situações mais críticas estão relacionadas à extrema carência do fundo habitacional, ao surgimento de bairros insalubres (musseques), à ausência e/ou deficiência de serviços e assistência médica e medicamentosa à população, à falta de escolas, lojas e do transporte público.

Luanda realiza a função administrativa do país, como a capital, e dispõe de diversos centros funcionais. Entre estes, cabe salientar : centro administrativo; centro comercial; centro financeiro e bancário; centro industrial e centro educacional.

A maior parte da cidade corresponde às construções habitacionais e às áreas industrial e verde, assim com à área recreativa. Encontram-se zonas mistas industriais-habitacionais, de serviços e administração, de habitação e serviços. O maior trecho do território de Luanda é ocupado na zonas de agricultura , de transportes e do porto. As áreas de comércio e da esfera de serviços situam-se ao longo das principais artérias de transporte e das ruas, que atravessam a cidade.

Luanda divide-se em municípios (7), comunas e bairros com objetivos administrativos e de gestão econômica. Os municípios diferenciam-se um do outro pela quantidade da população residente, densidade demográfica e caráter de uso do solo.

Note-se que a identificação das contradições e desproporções territoriais e funcionais da área urbanizada representa fator essencial para um planejamento e gestão com recursos escassos.

1.4 Metodologia

As principais fontes desta pesquisa consistem em materiais bibliográficos, como também cartográfico. A maioria das fontes bibliográficas foram selecionadas do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, e consistiram num número significativo de monografias, periódicos, etc., conforme expressa a relação bibliográfica. Algumas fontes foram alcançadas via Internet, outras foram constituídas por publicações dos Arquivos de Angola e por documentação de pesquisas regionais e do Inventário da Estrutura Territorial de Angola ,oriunda do Instituto Nacional de Ordenamento Territorial (INOT-Angola).

Para a realização do trabalho, várias etapas foram ser percorridas, conforme o fluxograma na Figura 2.

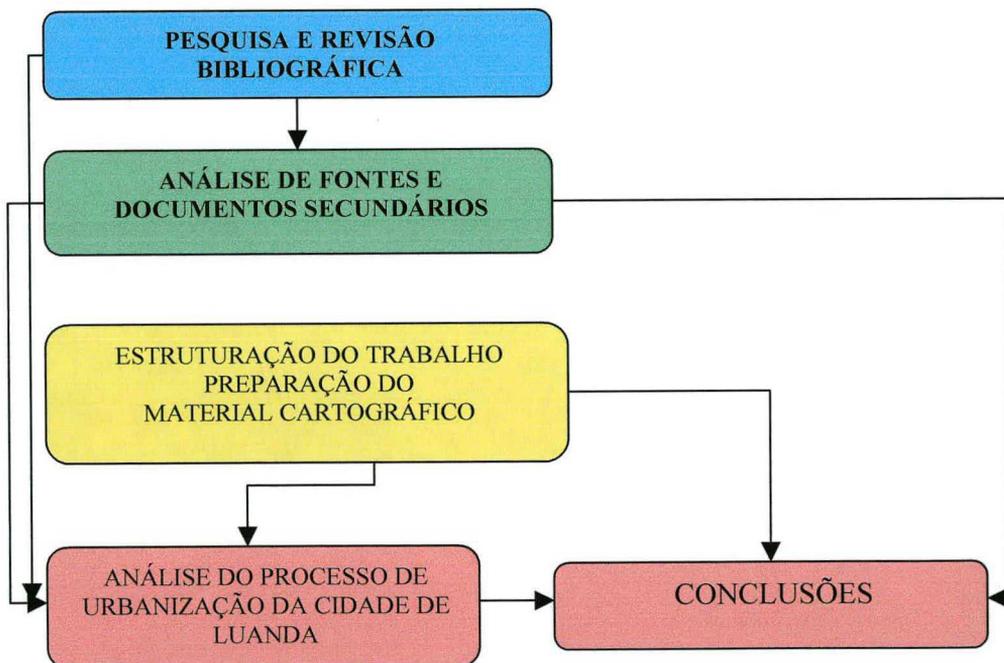


Figura 2. Procedimentos Metodológicos

1.5 Estrutura do Trabalho

Este trabalho compreende cinco Capítulos.

O Capítulo I descreve a área de estudo e define os objetivos e a metodologia da pesquisa. O Capítulo II trata de discriminar os principais conceitos utilizados no trabalho e definir as bases teóricas da análise realizada posteriormente. Neste contexto a definição da cidade e análise de bases da urbanização representam o foco da abordagem.

O Capítulo III reflete sobre a urbanização em Angola no contexto global da evolução histórica do país. Trata-se de compreender a urbanização como um fenômeno complexo de natureza social e econômica, que depende das mudanças históricas estruturais. O Capítulo IV aborda a evolução da área da cidade de Luanda no período colonial, que definiu as principais características da cidade atual.

As atuais tendências de evolução, os fatores da crise da ocupação desordenada e efeitos da guerra são o foco de abordagem do Capítulo V. Uma breve análise das estratégias de reabilitação e seus efeitos também fazem parte desse capítulo.

As conclusões finais refletem a linha de pesquisa e os principais problemas urbanísticos que afetam a cidade de Luanda.

CAPÍTULO II

URBANIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO: *ALGUMAS NOTAS*

Apesar de o surgimento das cidades e o fenômeno de urbanização serem amplamente distribuídos e mundialmente reconhecidos, ainda assim caracterizam-se pela falta de definições precisas e universais. A natureza social dos processos proporciona uma ampla variedade de características cruciais do fenômeno em partes distintas do mundo e, por consequência, uma diversidade de abordagens que este adquire. Contudo, é de extrema importância definirmos no contexto social, econômico e cultural o que se entende sobre a urbanização. Este Capítulo dedica-se exatamente à questão de conceitualização e fundamentação teórica do trabalho.

2.1 Incursão sobre as idéias da Cidade e sobre as Bases de Urbanização

A origem da aglomeração urbana, como forma de estabelecimento humano, não é conhecida com exatidão. Há, entretanto, uma literatura sobre a origem e o desenvolvimento das cidades, baseada parcialmente em lendas, mitos e especulações, na arqueologia, e ainda nas origens conhecidas das cidades, que emergiram durante o período de registro histórico. Parece claro, que a emergência e o desenvolvimento da cidade estiveram necessariamente em função de quatro fatores (RODRIGUEZ & COTILLA, 1989):

- 1°) tamanho da população global;
- 2°) controle do ambiente natural;
- 3°) desenvolvimento tecnológico;
- 4°) processo da organização social.

O tamanho da população constitui o fator essencial para desenvolvimento urbano, pois é indispensável à existência de qualquer aglomeração de seres humanos, um número mínimo de habitantes para que a vida em grupo possa ser sustentada e para que se atinjam grandes agregações urbanas e relativamente grandes populações globais requeridas. Da mesma forma, o ambiente deve ser de possível controle, no sentido de que ofereça, pelo menos um mínimo de condições de vida comunitária. Assim, embora as cidades mais antigas fossem localizadas, aparentemente, em vales de rios e planícies de aluvião, o talento do homem permitiu o uso de extensa variedade de ambientes naturais para o desenvolvimento urbano. Seja como for, o ambiente natural, através de uma tecnologia comparativamente primitiva, supria as necessidades de sobrevivência: de alimentação, abrigo, roupas protetoras (agasalho) e, sem dúvida, o suprimento adequado de água.

O estabelecimento humano permanente teve de esperar a inovação tecnológica para se tornar auto-suficiente no sustento de um grande número de pessoas. As aglomerações populacionais requeriam uma organização social mais complexa, incluindo-se a comunicação aperfeiçoada e mecanismos sociais e políticos aptos a permitirem de alguma forma a troca entre "os especialistas" que surgiam, agrícolas e não-agrícolas. Primordial entre os requisitos sociorganizadores estava um acordo de trabalho entre a população da aglomeração e o hinterland, fonte de alimento e de matérias-primas (RODRIGUEZ & COTILLA, 1989; CASTELLS, 1980; SINGER, 1990). De fato, como afirma Singer (1990, p. 13): "A origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes." Assim, antes de tudo a cidade representa, historicamente, a sede do poder administrativo e político-militar sobre o território da classe dominante, a quem dá a possibilidade de ampliar os seus domínios até a esfera de dominação da outra cidade.

Faz cerca de duzentos anos, que a história registrou o começo da Revolução Industrial, que, com a máquina à vapor - a nova fonte geradora de energia, promoveu o trabalho fabril e com ele uma dramática transformação na vida da humanidade.

A revolução industrial, que teve início na Inglaterra, marcou a última etapa do trânsito até a modernidade e representou no seu momento a transformação mais decisiva operada em todas as áreas da existência. A formação dos Estados nacionais, a urbanização, a imposição do trabalho fabril, o crescimento econômico como o resultado de incremento da produtividade

do trabalho, a divisão imperial do Mundo e o seu aproveitamento econômico no marco de uma política colonial planificada, foram algumas das características desse processo.

A Revolução Industrial marcou também o trânsito do colonialismo explorador à incorporação sistemática das colônias e ex-colônias à uma divisão internacional do trabalho entre os fornecedores de matérias-primas e os produtores de manufaturas. O que aconteceu foi uma “incorporação histórica” dos territórios coloniais para o desenvolvimento das metrópoles.

Contudo, "a cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto de espaço" e a sua construção "é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção"(SINGER, 1990, p.15).

A “cidade metropolitana” do século XX foi o resultado da extensa aplicação da ciência à indústria, da difusão da energia elétrica e do advento do automóvel. A cidade metropolitana, comparada à cidade industrial, foi o resultado da revolução técnica acelerada, que se introduziu virtualmente em todas as fases de vida social (HAUSER. & SCHONORE, 1979). *A aglomeração urbana permite uma expansão imensa da divisão do trabalho . O efeito sobre o desenvolvimento das forças produtivas do fenômeno de urbanização é tão ponderável que é possível de se pensar numa (revolução urbana) num sentido análogo ao da revolução industrial* (SINGER, 1990, p.15).

A cidade moderna é um núcleo de uma área metropolitana, que se tornou uma unidade sócioeconômica básica, não apenas na economia regional e nacional, mas na economia mundial. É uma unidade altamente complexa e interdependente, ligando a centralização à descentralização, a especialização e a diferenciação de função à integração e aos mecanismos coordenados (RODRIGUEZ & COTILLA, 1989).

As cidades modernas são as unidades básicas emergentes de organização econômica e social de territórios extensos. Os desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais que produziram a cidade moderna também produziram “sistemas” de tais cidades. O reconhecimento de um “sistema” na distribuição das cidades está manifesto na literatura de maneira indutiva e dedutiva. As teorias explicam a localização e as formas das cidades em função de uma série de fatores e de funções que as mesmas desempenham.

Apesar de ser amplamente entendido, que sua acepção refere-se à população residente em cidades, a definição do termo urbano é, não obstante, matéria complexa. A população classificada de “urbana” varia muito de país para país. A delimitação das áreas “urbanas” ou “rurais” acha-se relacionada, muitas vezes, às considerações administrativas, políticas, históricas ou culturais, bem como a critérios demográficos. Como indicou o Anuário Demográfico das Nações Unidas de 1995, as definições do termo “urbano” caem em três tipos principais:

- 1º) a classificação das pequenas divisões civis sob um critério escolhido, o qual pode incluir:
 - a) o tipo de governo local,
 - b) número de habitantes,
 - c) a proporção da população dedicada à agricultura;
- 2º) a classificação dos centros administrativos das pequenas divisões como urbanos, e o restante da divisão, como rural; e
- 3º) a classificação de localidades de certo tamanho (aglomerações) como urbanas, não se considerando os limites administrativos.

Mesmo para fins do censo populacional, por conseguinte, a definição de sítio urbano envolve uma abordagem multidimensional e o estabelecimento de pontos arbitrários de divergências na diferenciação entre “urbano” e “rural”.

A noção de cidade parece a cada um de nós perfeitamente clara. Surgem todavia hesitações quando se trata de dar uma definição. Os homens nem sempre agruparam-se para os mesmos fins e os sistemas econômicos são de tal modo diferentes, que existem vários tipos e séries de cidades, mas não um conceito exato de cidade.

Atualmente existem diferentes critérios em relação à definição de cidade e de assentamento urbano, segundo o seu tamanho, funções e outras características. Pode-se ressaltar um grande número de conceitos mais ou menos simples; entre os critérios mais utilizados encontram-se o numérico, o histórico, o de direito administrativo, o do aspecto exterior, o da atividade econômica da população e o das características urbanas.

Segundo RATZEL apud RODRIGUEZ & COTILLA (1989), a cidade é um aglomerado durável. Podemos também definir a cidade pelo seu aspecto exterior, pela paisagem urbana, que não é uniforme mas se define em cada circundante: aqui pela existência de monumentos, de edifícios, passeios públicos, ali pela presença de um santuário e de muralhas. A definição já é mais delicada.

Quanto à definição de natureza jurídica, apenas é válida para certos países onde as cidades tiveram ou têm ainda um regime municipal distinto: o caso da Dinamarca ou da Inglaterra. E, para além disso, mesmo nos países onde a cidade corresponde a uma definição jurídica, a decisão de fazer de um aglomerado uma cidade não comporta nenhuma regra Universal e não nos fornece uma solução (FERRARI, 1982).

A definição da cidade a partir de um certo número de habitantes também não é uniforme. As estatísticas respondem em cada país e os números diferem de um país para outro. Vê-se deste modo que a quantidade de população não basta para constituir uma cidade. Nesses agrupamentos populosos, produziu-se uma diferenciação no interior do perímetro construído: um núcleo Central concentra o comércio, e os edifícios públicos, com aspecto monumental, enquanto os cultivadores ocupam toda a periferia (FERRARI, 1982). Estamos então em presença de aldeias cidades ou de aldeias urbanizadas.

A concentração da população por unidade de superfície construída é uma freqüente característica específica das cidades, mas está longe de ser universal.

Podemos tomar em consideração a seguinte definição (DERRAUX, 1976: 117):

"Cidade é um aglomerado populacional importante, ordenado para a vida coletiva (este ordenamento constitui o Urbanismo) e onde uma parte considerável da população vive de interesses não-agrícolas ou de atividades não-agrícolas".

Por outro lado, a definição mais complexa parece ser (FERRARI, 1982: 12):

"Cidade é o espaço contínuo ocupado por um aglomerado humano considerável, denso e permanente, cuja evolução e estrutura (física, social e econômica) são determinadas pelo meio físico, pelo desenvolvimento tecnológico e pelo modo de produção do período histórico considerado e cujos habitantes tem "status" urbano.

As cidades são, aliás, de tipos tão diferentes que se torna necessário estudar tanto sua diversidade como as suas características comuns. Um estudo sobre a cidade não pode pois

conduzir-se segundo um modelo estereotipado. Deve, no entanto, tomar em consideração um certo número de pontos (RODRIGUEZ & COTILLA, 1989):

- A posição, (ou situação) e o local de implantação;
- As etapas de crescimento;
- As funções da cidade e também as suas necessidades (abastecimentos, água, transportes);
- A população da cidade (origem, composição, características demográficas);
- Os bairros (incluindo seus aspectos);
- O papel da cidade na Região e as relações com as outras cidades, em outras palavras, o seu lugar na rede urbana da região.

Essa enumeração não preconiza qualquer plano para o Estudo de uma cidade: é difícil, com efeito, separar radicalmente o estudo do crescimento das funções, pois o crescimento se faz acompanhar geralmente de uma transformação destas últimas. Como é a função que melhor define a cidade, em todo o caso, por ela que se deve começar o estudo do espaço urbano.

Com relação à análise funcional da cidades , deve ser vista ainda a seguinte problemática complexa (RODRIGUEZ & COTILLA, 1989):

- a determinação das funções urbanas;
- a combinação, cooperação e interdependência de funções;
- a polaridade ou centralidade das funções;
- a função central (sua dimensão, conteúdo, combinação);
- a estrutura funcional da cidade e o exercício das funções externas.

O crescimento das cidades é testemunho do desenvolvimento das atividades humanas, apresentando muitos problemas novos e complexos. Muitas vezes não se consideram as particularidades atuais e as perspectivas de crescimento das cidades, a mudança da estrutura social e profissional e a mútua relação entre as zonas funcionais, residencial, industrial, serviços, áreas verdes, infra-estruturais.

2.2 A Organização Espacial e a Cidade: a Urbanização e o Desenvolvimento Econômico

Numa percepção global, a urbanização, como uma forma de reprodução do espaço social e econômico do Homem, faz parte do complexo sistema de objetos criados pelas sociedades sobre a superfície terrestre. "*A organização espacial – o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre superfície da terra, é assim um meio de vida presente (presente), mas também uma condição para o futuro (reprodução)*" (CORRÊA, 1991;p.55). A cidade aparece como uma cristalização das localizações fixas e fluxos dos meios, recursos e produtos do trabalho humano. Trata-se, assim, de parte crucial da organização espacial sócio-econômica da civilização humana.

Normalmente persiste uma correlação estreita entre os níveis de desenvolvimento econômico dos países, o grau de urbanização e o ponto até onde suas populações estão concentradas nas grandes cidades.

Via regra, o tamanho e as funções de uma cidade e a extensão do seu tamanho físico são proporcionais. Cada região dentro da economia nacional se organiza em forma de um certo nível metropolitano, e é a rede de ligações interurbanas que articula o todo. A incidência espacial do crescimento econômico aparece normalmente vinculada à distância em relação à metrópole. As áreas de maior atraso econômico encontram-se, quase sempre, nas áreas mais inacessíveis ao longo das periferias interurbanas.

A articulação sub-regional é proporcionada pela relação entre os centros sucessivamente menores em níveis progressivamente inferiores da hierarquia urbana - cidades menores, vilas, etc... Essa articulação pode representar "difusão" do crescimento econômico ao longo dessa hierarquia. Na visão do Berry (1980) os impulsos de mudança sócioeconômica são transmitidos nesse sistema, simultaneamente, segundo três planos:

1. das metrópoles propriamente ditas para as cidades da periferia;
2. dos centros da mais alta hierarquia para os de mais baixa;
3. dos centros urbanos para seus campos circunvizinhos.

Uma parte desse mecanismo de "difusão" está ligado ao funcionamento dos mercados urbanos de mão-de-obra. Berry (1980) entende que a importância desses mecanismos de "difusão" consiste no crescimento econômico mantido por longos períodos, que resulta na

integração progressiva do espaço econômico. As diferenças regionais dos níveis de qualidade de vida podem ser realizadas progressivamente, já que a demanda e suprimento da mão-de-obra são regulados por fluxos centrífugos de impulsos de crescimento através da hierarquia urbana e pela migração centrípeta para cidades centrais.

O atraso econômico é reduzido em intensidade, e cada área se vê situada dentro dos campos de influência de vários centros urbanos de diversos tamanhos. Contudo, as condições históricas e fatores locais possam causar variações aparentemente aleatórias da urbanização e organização do espaço econômico.

A situação dos países africanos é mais complicada ainda. A extensão do controle colonial ocidental, há cerca de 500 anos, teve lugar nessa ocasião pelo estabelecimento de portos e fortalezas que serviam de centros administrativos, focos de exploração colonial dos escravos, matérias-primas e distribuição das importações. A cidade portuária representa ponto de escoamento de produtos valorizados na Europa e nos Estados Unidos e de importação de produtos industrializados e sua redistribuição para a *hinterland*. É também, o centro de controle político e militar da colônia. "A rede de cidades e as vias de circulação assumem um padrão déndrico à semelhança de um sistema fluvial, em cuja extremidade encontra-se a cidade portuária" (Figura 3 - (a)) (CORRÊA, 1991, p. 69).

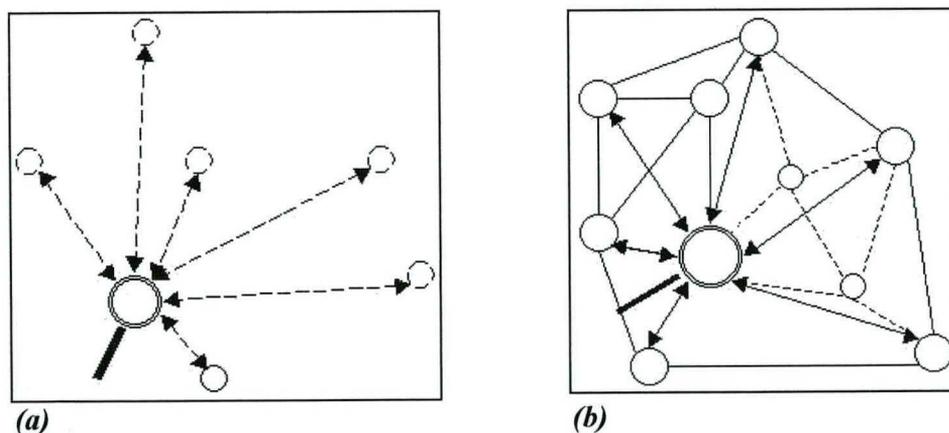


Figura 3. A organização espacial da rede urbana: (a) – período colonial; (b) – período capitalista. Fonte: Corrêa (1991)

Assim, as grandes cidades do litoral que dominam atualmente os territórios africanos são criações da intervenção colonial. O Colonialismo Português, que durante séculos de avanços e retrocessos de expansão colonial seguia a *política de fixação no litoral*, configurou os pressupostos de uma polarização econômica ao longo do litoral Atlântico e as distorções econômicas das últimas décadas originaram os fatores e condições para a hiperurbanização

das principais cidades. Com o desenvolvimento do capitalismo essa estrutura tende à complexidade espacial. Isto é, aumento de número dos centros urbanos e a densificação da rede de articulações e fluxos entre estes. "*Revela como a tendência predominante a divisão intrínseca do trabalho e ao contrário da sociedade colonial, propriamente dita, é dotada de um poderoso mercado que implica sólidas relações internas e externas*" (Figura 3-(b))(CORRÊA, 1991, p. 71)

Os desequilíbrios territoriais neste caso são óbvios. Segundo Berry (1980: 6)"...uma sociedade que apresenta alta medida de desequilíbrio entre seus níveis de urbanização e renda *per capita* sofrerá sérias tensões internas (...) (*entre estas*) a hiperurbanização (...) toma a forma de uma concentração crescente das atividades urbanas".

Contudo, as tensões estruturais assim produzidas dizem respeito, também, ao funcionamento interno das áreas urbanas. O surgimento da problemática interna da cidade deve-se, sobretudo, ao fato de que os "*meios de consumo coletivos, elementos básicos da estrutura urbana, são, cada vez mais, uma exigência da acumulação do capital, do processo de produção, do processo de consumo e das reivindicações sociais, na medida em que se desenvolve o capitalismo monopolista*" (CASTELLS, 1980, p.20). As exigências complexas desse sistema não podem ser atendidos por algum capital privado. "*E é essa a contradição estrutural que provoca a crise urbana: os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientemente rentáveis para ser produzidos pelo capital, com vistas à obtenção do lucro*" (CASTELLS, 1980, p.25).

Os problemas e deficiências estruturais que as cidades geralmente apresentam têm as seguintes características (FERRARI, 1982):

1. Rompem-se a relação mútua entre as zonas funcionais básicas: surgem distâncias entre as áreas de residência, industriais e de transportes: pioram as condições da localização da população, com respeito aos lugares de trabalho e os centros sociais;
2. A ocupação de novas áreas livres na periferia da cidade nem sempre é acompanhada da respectiva transformação da organização espacial das áreas centrais;
3. Dificulta-se o normal desenvolvimento proporcional das distintas zonas funcionais, em particular, das zonas industriais, de serviços e de residência. A zona do centro urbano resulta insuficiente pelo seu tamanho ou inadequadamente situada. Surge a necessidade da reconstrução prematura das grandes obras sociais.

Para resolver as contradições colocadas, para superar os afunilamentos na reprodução da força de trabalho e para responder às reivindicações, produz-se uma intervenção cada vez mais acentuada do Estado no âmbito dos serviços urbanos. Seja diretamente, seja de maneira indireta, em todos os países desenvolvidos o Estado passou a ser um agente decisivo na produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivos e na organização espacial desses serviços. Os equipamentos coletivos e o sistema urbano surgem, portanto, marcados de forma decisiva pelas características do Estado (CASTELLS, 1980). Neste sentido o autor (p.26) aponta : *" Mas a intervenção do Estado não constitui um suposto mecanismo regulador neutro aplicado a um sistema em desequilíbrio. É a resultante de um processo político, amplamente determinado pelas lutas de classe. Nesse sentido, os conflitos políticos serão fatores essenciais na gestão dos meios coletivos de consumo e do sistema urbano por eles determinado (...) de fato, (...), a intervenção do Estado no setor urbano, em vez de superar a crise habitacional e de equipamentos criada pela contradição inerente à urbanização capitalista, polariza e globaliza os conflitos urbanos, ao articular diretamente as condições materiais de organização da vida cotidiana e do conteúdo de classe das políticas do Estado".*

A garantia da unidade estrutural e funcional das cidades em rápido crescimento em todas as suas etapas, gera como consequência não só o melhoramento da qualidade de vida da população urbana e a composição arquitetónico-plástica dos núcleos de população, senão também, a economia de materiais e de gastos financeiros e reduz o custo da construção nova e os gastos de exploração para as empresas já existentes e as instalações.

O surgimento e o desenvolvimento do fenómeno de urbanização em Angola não foge as regras gerais da evolução urbana das cidades coloniais típicas, acima vistas. As especificidades desses processos serão vistas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

QUESTÕES GERAIS SOBRE A PROBLEMÁTICA DA URBANIZAÇÃO EM ANGOLA

3.1 Urbanização em Angola: a trajetória histórica

O fenômeno tão complexo como a urbanização, como vimos no capítulo anterior, só pode ser compreendido no contexto do desenvolvimento global de um determinado território, que caracteriza-se por uma certa homogeneidade de relações socioeconômicas. A visão geral dos problemas históricos da urbanização em Angola apresenta-se assim indispensável.

Conforme o Singer (1990) não podemos reduzir a análise e a discussão do processo da urbanização em países ex-coloniais ao "esquematismo e superficialidade" da simples sucessão de dependências (colonial, colonial-comercial e imperialista). Os fenômenos de tal complexidade, como a organização espacial dos diferentes países, são o produto de distintas situações e fatores históricos, que dificilmente se esquamatizam num padrão comum de comportamento.

Sem duvida, a urbanização em Angola é o resultado das necessidades de dominação territorial do colonialismo português, que, por sua vez, foram condicionadas por uma série de fatores políticos, inicialmente internos e posteriormente externos, assim como pela corrida imperialista atrás das áreas de dominação econômica. As diversas fontes bibliográficas sublinham que a caracterização do processo da urbanização angolana separada do seu contexto histórico é completamente inviável (AMADO & HAKKERT, 1992; COLAÇO, 1992). Sendo um processo de natureza origem socioeconômica, a urbanização de um País é sempre uma resultante de políticas de desenvolvimento econômico e do seu impacto sobre as estruturas territoriais. Contudo, a abordagem da história africana no decorrer dos últimos anos tem se transformado significativamente em função das mudanças sociais globais e da visão científica dos resultados históricos do processo da colonização (COSTA, 1999). Assim, nem

sempre as fontes históricas oficiais das épocas coloniais podem ser consideradas como fidedignas, e devem ter uma leitura criteriosa.

A história colonial e pós-colonial de Angola, que compreende as datas de surgimento e evolução dos assentamentos urbanos no litoral e interior do país, pode ser dividida em várias etapas (COSTA, 1999; AMARAL, 1992):

1. **o período de primeiros contatos** - sem fixação dos territórios coloniais;
2. **o comércio desigual e tráfico de escravos (1520-1885)** - política de fixação no litoral e as primeiras cidades-feiras e/ou cidades-presídios;
3. **as guerras de ocupação militar efetiva (1885-1930)** - expansão colonial para o interior;
4. **o desenvolvimento do capitalismo colonial (1940 - 1975)** - expansão e crescimento econômico das cidades;
5. **o período desde a Independência (1975) até 1992** - evolução urbana acelerada dentro dos processos da economia militar e da guerra civil, ou então a chamada desurbanização;
6. **o período atual (1992 -)** - caracterizado pela introdução da economia de mercado, as tendências mercantis da economia mineral e uma aguda crise social...

Hoje é mundialmente reconhecido, que os principais focos de desenvolvimento urbano durante os dois (ou às vezes mais) primeiros séculos de colonização distribuem-se "sobre a base da prévia existência de sociedades indígenas desenvolvidas" (QUIJANO apud SINGER, 1990, p. 64).

Com efeito, deve-se ressaltar que o atual território de Angola no momento da chegada dos primeiros colonos já dispunha de uma vasta experiência de formação de grandes centros de aglomeração populacional (a Capital do Reino de Congo – *M'Banza Congo* - contava com mais de 200 000 habitantes no século XV) (HENRIQUES, 1998).

A localização e desenvolvimento dos centros urbanos das civilizações africanas e dos de origem colonial europeu desde então foram condicionados pela existência e distribuição geográfica de recursos naturais, pela topografia e conhecimento geográfico das várias regiões (ou, com outras palavras, acessibilidade física das mesmas), assim como pela inter-distribuição das potências político-religiosas africanas e das áreas da presença colonial fixa.

Contudo, sem dúvida, o predomínio colonial, principalmente durante últimos 100 anos de dominação, é a principal fonte de recursos e mecanismos político-econômicos da urbanização do continente africano (SINGER, 1990).

As tipologias preexistentes de fenômenos de urbanização africanos são, contudo, insuficientes, visto que a organização espacial atual dos países africanos depende tanto das lutas constantes pela configuração do mapa político do continente, quanto da organização do espaço político-religioso tradicional e da especificidade das formas de territorialidades das populações locais (COSTA, 1999).

No sistema econômico colonial essencialmente extrativo (tráfico de escravos e produtos comercializados), em que o domínio territorial colonial era condicionado pela excedente força militar das sociedades africanas, o papel econômico das cidades durante quatro séculos era "essencialmente estéril". Não existia a divisão de trabalho entre o campo e a cidade, assim como não existia o domínio econômico e administrativo, no verdadeiro sentido da palavra, sobre a região.

A cidade colonial na África portuguesa, que surge como um espaço negociado com os poderes locais de fixação territorial europeia e, que na maioria dos casos e dos tempos, representava uma estrutura pouco eficiente em termos de dominação, não deixava de desempenhar um papel essencial na contração e depois na preservação do espaço colonial. O papel assim representado consistia essencialmente em concentração, potencialização da força de persuasão e da força de coerção da metrópole no corpo da sociedade colonial. Os elementos básicos dessas forças eram constituídos pela Igreja, corpos de tropas e a burocracia civil, todos necessitando de uma base urbana (SINGER, 1990).

A cidade desempenhava um papel estratégico não apenas na manutenção do sistema de exportação, mas também na repartição do excedente. O sistema fiscal que coletava a parte da Coroa instituía-se na base urbana.

O sistema urbano e de presídios criado assim tinha por objetivo sustentar o sistema de exploração colonial. Como destaca Singer (1990, p. 100) "*a cidade de conquista é implantada com ponto fortificado a partir do qual se irradia o poder colonial, submetendo as populações indígenas à autoridade política do rei e ideológica da Igreja, expropriando e redistribuindo as terras, aniquilando os quilombos, reprimindo o contrabando e as incursões (...) de forças colonialistas rivais*". Este quadro colonial comum teve na África um desenvolvimento extremamente irregular e descontínuo, tanto no aspecto territorial quanto no temporal, o que obviamente proporcionou vários dos atuais desequilíbrios na organização espacial dos países recém formados.

É notória a relação direta entre o surgimento, a distribuição espacial e a evolução dos principais centros urbanos angolanos e os períodos históricos socioeconômicos (chamados de *ciclos de produtos*) (AMADO, 1992). Como sublinha Amado (1992, p.57), "a análise histórica evidencia a existência de um certo paralelismo entre esses períodos históricos e os chamados ciclos econômicos determinados pelos principais produtos de exportação:

- ciclo de escravos, cera e borracha(1892-1910);
- ciclo dos diamantes e do milho (1917 - 1945);
- ciclo do café (1946-1972);
- ciclo do petróleo (1973 aos dias atuais)".

É importante observar que a caracterização desses períodos históricos induz a assinalar a importância do século XX para o processo de urbanização de Angola. De fato as cidades angolanas, com exceção da fundação e relevância histórica das cidades de Luanda (1576) e Benguela (1584), tiveram papel pouco importante até o início do século, à semelhança da maioria das cidades africanas. Num longo período (cerca de 400 anos) de tentativas de dominar um vasto território hostil às ordens coloniais, a importância de pouquíssimas cidades costeiras relacionava-se com a canalização de recursos extraídos através dos portos para a Metrópole e com a concentração das funções administrativo-militares. As restrições históricas da evolução urbana estavam vinculadas ao sistema de mercado da organização econômica doméstica. A base econômica tradicional na maioria dessas áreas urbanas era a agricultura. À medida que os portugueses "pacificavam" o País e traziam-no ao seu domínio, estimulando o crescimento das exportações e do comércio local, progride e evolui o desenvolvimento do sistema urbano (AMADO & HAKKERT, 1992). Contudo os fatos mais marcantes neste processo ambíguo atribuem-se ao século XX, principalmente a sua segunda metade, quando se torna evidente o desenvolvimento do sistema urbano com avanços na construção dos três caminhos de ferro que existem no país: o de Benguela (no centro), o de Malange (no norte) e o de Moçamedes (no sul). As mais importantes cidades do interior (Huambo e Kuito) surgem e desenvolvem-se como resultado direto destes empreendimentos econômicos.

Historicamente ,o surgimento dos comerciantes como importante estrato social na cidade, assim como dos financistas e transportadores, tem a ver com o avanço do comércio a longa distância, ou então o comércio sertanejo. A função comercial da cidade ganha cada vez

mais importância com a criação das alianças políticas com *sobas*¹ e a abertura das rotas comerciais mais longínquas. Contudo, a aglutinação dessas funções acontece com o retrocesso do papel do sertanejo neste tipo de comércio e sua substituição pela população nativa. As cidades passam a ser centros importantes de acumulação e redistribuição de produtos entre diferentes regiões da colônia.

As inseguranças da vida sertaneja e as vantagens das comodidades urbanas atraem cada vez mais os proprietários fundiários, sertanejos comerciantes com suas populosas famílias mestiças, assim como um grande número dos "assimilados" formados em aldeias cristãs dirigidas pela Congregação de Espírito Santo.

A diversificação e a ampliação territorial das áreas de influência dos centros urbanos no território de Angola deve-se, no entanto, à dominação comercial-capitalista, cujas premissas foram estabelecidas a partir da Conferência de Berlim (1884 - 1885) e cujo desenvolvimento iniciou na Segunda década do século XX. Não se pode reduzir, porém, a este tipo de dominação os fatores condicionantes da urbanização, pois a simples observação do mapa mostra que o surgimento de novos centros urbanos entre 1860 e 1940 se restringe aos "corredores" da presença colonial efetiva (isto é, associa-se essencialmente às feiras e presídios coloniais preexistentes). Contudo, as tentativas político-econômicas de inserção das províncias portuguesas do Ultramar no mercado capitalista mundial condicionaram uma forte diversificação da dependência, com o surgimento de diversas modalidades (economia de enclave, economia agrícola e de criação para exportação, economia de plantação, economia mineral etc.), que deram o lugar às formas específicas de urbanização em regiões – alvos de tais políticas (SINGER, 1990).

3.2- Aspectos da Dinâmica Urbana no Século XX: seus Fatores e Problemas

Na virada para o século XX, existiam apenas duas cidades em Angola: Luanda e Benguela, com 20 000 e 10 000 habitantes respectivamente (AMARAL, 1978). A fundação ou ascensão à categoria de cidades de Huambo, Kuito, Lobito, Malange, Namibe datam no período entre 1900 e 1940. Assim, em 1940 Angola contava com apenas oito cidades, com uma população total de 61 000 habitantes em Luanda e mais de 68 000 nas sete restantes (AMADO & HAKKERT, 1992). O número das cidades evoluiu para dezasseis em 1960 e para vinte e quatro em 1970, onde a primazia de Luanda, com 475 328 habitantes enquanto as

¹ Chefes locais independentes ou representantes legais do poder real nos povoamentos tradicionais

outras não passam dos 60 000, é absoluta. As quatro maiores cidades concentram todo o parque industrial do País na época.

Luanda torna-se no início do século o centro de vida política colonial e o berço dos movimentos que deflagram a luta pela Independência. A preeminência comercial e financeira de Luanda permitiram ao governo central impor a sua autoridade por meios militares num significativo corredor de influencia, apesar da base econômica centralizada herdada da metrópole. Com certeza, o desenvolvimento urbano em territórios coloniais vincula-se à maior ou menor integração no mercado capitalista internacional (SINGER, 1990).

O baixo nível de urbanização até os meados do século XX se devia ao fato de a maioria da população viver inserida na economia de subsistência (75%). Isso é, grande parte da economia nacional não estava integrada em qualquer divisão supralocal de trabalho (RELA, 1990).

Somente com a industrialização e, em parte, com os incentivos político-militares aconteceu o reforço considerável das aglomerações existentes e a aceleração do crescimento urbano. É notório que o aumento populacional urbano nas primeiras décadas seja devido ao fluxo de imigrantes portugueses, seja ao ingresso, na economia urbana, e numerosos assalariados e "assimilados" fornecidos pelas missões religiosas.

As inúmeras e mais diversificadas (do ponto de vista cultural) populações do meio tradicional rural tiveram que se adaptar a um meio distinto da sua vivência anterior e, também, que adaptá-lo adapta-lo às suas necessidades vitais, moldando as propriedades específicas das áreas urbanas em Angola. Como relata Amado & Hakkert (1992, p 64): "*a urbanização em Angola evoluiu sob as condições das políticas econômicas coloniais dominantes que afetaram os modos tradicionais da organização socioeconômica portuguesa e em que a migração exerceu não só efeitos diretos mas também indiretos, ao modificar os padrões da família e composição étnica das populações citadinas*".

As relações econômicas preferenciais entre Portugal (Metrópole) e os territórios ultramarinos (Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor), desde longa data apresentavam-se regulamentadas legalmente pelos *regimes aduaneiros*, onde sobressaem via regra os direitos preferenciais, e *pelos sistemas de protecionismo marítimo*, onde se incluem o chamado *monopólio do pavilhão e o diferencial de bandeira* (FERREIRA, 1994). Os mecanismos econômicos designados objetivaram a preservação dos mercados coloniais conforme os interesses e necessidades básicas restritas da Metrópole. As mudanças no espaço econômico internacional impuseram, porém, a revisão drástica destas políticas e a criação em 1961 da Zona de Comércio Livre (Lei 44016), que

previa mudanças no relacionamento entre Angola e Portugal, com vistas à inserção da primeira no espaço econômico português. As transformações neste âmbito ocorreram decorrem no período entre 1962 e 1973 de um modo ambíguo e implicaram sobretudo (FERREIRA, 1994) :

- abolição de direitos preferenciais e não de direitos altamente protecionistas, o que não permitiu a redução do desnível econômico entre a Angola e a Metrópole;
- foi dada ênfase especial ao estímulo à industrialização, através da isenção de direitos aduaneiro sobre matérias-primas e equipamentos, quer mediante a isenção de impostos diretos, quer ainda através da proteção assegurada pela pauta mínima de 1964;
- o *condicionamento industrial* (impondo limites à implantação das novas unidades industriais e fazendo parte das medidas no âmbito do intervencionismo), que procurou favorecer ,em termos relativos, a criação de indústrias fora das áreas mais densamente industrializadas, integrando os diferentes territórios nacionais que estavam igualmente abrangidos pela legislação do condicionamento industrial;
- um imposto significativo no fortalecimento econômico da colônia, impondo a criação em loco das indústrias transformadoras e a inserção das regiões no mercado internacional ,com maior especialização das atividade produtivas ao nível regional;
- estímulo da concorrência e alargamento do mercado;
- atração em massa do capital estrangeiro(pela existência de mercados mais vastos).

Durante os anos de estagnação econômica entre as Primeira e Segunda Guerras Mundiais a urbanização em Angola não apresentou grandes avanços. Pela base econômica, os ciclos iniciais não representavam repercussões territoriais que pudessem levar a uma concentração significativa da população, pois a estrutura territorial na época não se caracterizava por grandes centros urbanos, a não ser os centros de comercialização de produtos no litoral atlântico. Foi principalmente durante o ciclo do café (1946-1972) que o processo de urbanização começou a se acelerar na parte norte do país, particularmente em Luanda (AMADO & HAKKERT, 1992). Conforme Amaral (1978) os fundamentos sócio-administrativos da exploração territorial moldados em períodos anteriores materializam-se na explosão urbana de Angola o início do ciclo do café. Assim, a população urbana mais do que duplicou durante os anos cinquenta ,passando de 248 000 habitantes (6,0 % da população total estimada) para 512.543 (10,6 %). Um fator a contribuir para este processo foi o fluxo crescente de colonos brancos, cujo numero cresceu de 78.826 (1959) para 172.529 (1960), e

que se fixaram principalmente nas cidades como recursos laborais qualificados e quadros administrativos e comerciais (AMADO & HAKKERT, 1992).

Nos anos posteriores a 1961, caracterizados pela presença constante dos conflitos militares dentro do território nacional e pela crise econômica aguda, inicia-se e torna-se cada vez mais agravante e aparentemente irreversível o processo das migrações forçadas pelo conflito militar e o propriamente dito êxodo rural causado por questões econômicas. O crescimento urbano das principais 24 capitais do País, assim condicionado, é caracterizado por abandono administrativo durante décadas e formação de assentamento precários com baixo padrão vital.

A industrialização, sobretudo ligada ao setor de mineração, pesca e transportes, depois da Segunda Guerra Mundial começa ser dominada pelos monopólios estrangeiros que, inseridos no espaço econômico externo, passam a desenvolver os mercados locais. A polarização econômica regional, assim com uma forte estratificação socioeconômica, são o resultado inevitável desse processo numa primeira fase. Porém, como sublinha Singer (1990), a estratégia mundial dessas firmas referir-se ao modo como elas distribuem os seus investimentos entre suas zonas de influência, mas não determina a estrutura industrial dum país. A formação de "ilhas" na estrutura territorial com forte potencial econômico, formadas pelo capital internacional ou estrangeiro, facilita e instiga o crescimento urbano nas áreas de influência (ex. Cidade de Cabinda; M'Banza Congo; Luanda).

O papel desses grupos internacionais (sobre tudo os que operam com a mineração do petróleo e diamantes – como TEXACO, CABINDA GOLF OIL C., ELF AQUITANE ETC.) na organização espacial da economia e no desenvolvimento urbano das cidades litorâneas de Angola tornou-se cada vez maior em virtude da falência do Estado quanto aos investimento sociais e as políticas fiscais por ele desenvolvidas nas últimas décadas, que acabam abrindo espaço para os investimentos dos primeiro em obras sociais (construção de habitações e equipamentos públicos em áreas de exploração, assim como em programas capacitação profissional e educação).

É de essencial importância observar que as empresas angolanas nacionalizadas ou criadas após a Independência são em geral menores e mais fracas que as empresas estrangeiras, e que, em função dos fatores de ordem político-militar, não foram capazes de cumprir o seu papel que delas se esperava, isso é, desenvolver o parque industrial do país.

Sublinha-se assim, que nem o capitalismo colonial, nem os regimes republicanos a contribuíram para uma urbanização equilibrada em Angola. O desequilíbrio regional preexistente foi se agravando devido à guerra civil e à presença continua do capital

estrangeiro no litoral (devido à extração do petróleo e ao comércio nos centros portuários). A urbanização excessiva, propriamente dita, atinge assim os poucos centros urbanos do litoral (Luanda, Benguela, Cabinda, Namibe), sendo que alguns pontos do interior, os que garantem uma certa segurança, também sofrem o acréscimo populacional por causa do êxodo rural excessivo. Assim as contradições especificamente urbanas se manifestaram com todo o rigor somente nas últimas três décadas, o que se deve aos fatores diversos, entre os quais a economia militar, falência administrativa e à gestão centralizada, assim como às migrações forçadas da população das áreas em conflito militar, que configuram motivo dos mais importantes.

Após a independência, o país opta pela via socialista, o que inspirou uma política popular com reflexos na política urbana.

O socialismo chega na sua estratégia neste sentido ao que o Castells (1980. p. 26) chama de "*um duplo beco sem saída*". Isto é "*gestão leal*" em prol das massas populares por um lado e um "*gueto ideológico*" carecendo de toda alternativa política frente os problemas vigentes no momento histórico. Por um lado o Estado criou condições de acesso popular aos serviços urbanos e habitação, que, via regra, transformou-se em ocupação desordenada das habitações disponíveis e do solo urbano, assim como em necessidade cada vez maior de construção de complexos habitacionais populares. Por outro lado, a carência financeira e ausência de quadros qualificados e capazes frente os problemas de exploração da rede de serviços e infraestruturas e deterioração paulatina da mesma transformou-se num ciclo vicioso de fracassos políticos, que levaram ao colapso total das estruturas urbanas da Luanda.

Atualmente o vasto território angolano (1.246.700 km²) apresenta, como já foi mencionado, uma ocupação bastante desigual, com densidades que variam entre 0,6 hab./km², para a Província do Kuando-Kubango, e 838,7 hab./km² para a Província de Luanda.

A República de Angola apresenta uma divisão simples ou administrativa - territorial, subdividindo-se em: Províncias; Municípios; Comunas (Bairros e Setores); Povoações, que podem ser Urbanos ou Rurais são 18 Províncias, 156 Municípios, 487 Comunas e mais de 5.200 assentamentos humanos distribuídos desordenadamente (Figura 4).

A busca de formas ótimas de divisão administrativa do território é um processo que ainda está em curso. Partindo das interligações regionais criadas e considerando a especialização econômica, os fatores político e étnico, o Governo de Angola continua a restauração do sistema de divisão administrativa do País existente no período colonial. No ano seguinte a Independência, foi criada uma série de novas províncias. As áreas imensas da circunscrição colonial de Lunda foram divididas em duas províncias autônomas, o que

permitiu definir com mais nitidez a especialização econômica das novas unidades administrativas e melhor organizar o sistema de extração de diamantes na Lunda-Norte.



Figura 4. Divisão Administrativa-Territorial da República de Angola

O coração industrial de Angola é a província de Luanda, que até 1980 incluía o território da atual província Bengo. A situação então representava determinados entraves para a economia da região. Seguindo uma política de descentralização, o Governo decidiu separar da província de Luanda uma grande unidade administrativa - a província do Bengo.

No momento atual, a divisão administrativa-territorial conhecida oficialmente revela algumas deficiências tais como (KARNAUKHOVA, 1993):

- Limites poucos claros para os territórios de algumas províncias;
- Indefinição das áreas em termos quantitativos para os territórios;
- Grandes desproporções quanto à distribuição das áreas da distribuição populacional e ao desenvolvimento das forças produtivas;
- Ausência de uma administração disseminada por falta de estruturas ;
- Dificuldades de controle de administração por falta de informação;
- Dificuldades motivadas pela guerra (deslocamentos e migrações em massa de população);
- Acessibilidade deficiente ou mesmo nula para algumas zonas.

A organização espacial da vida socioeconômica do país totaliza-se em aproximadamente 5 200 assentamento humanos, distribuídos desordenadamente. A parte Norte do país, historicamente mais densamente povoada pelas populações autóctones, dispõe de cerca de 3 200 localidades habitadas, enquanto o Centro-Sul conta com 1 700 povoamentos distribuídos dispersamente (COSTA, 1994).

A observação da evolução de dados demográficos, entre 1970 e 1990, permite afirmar que cinco entre dezoito províncias angolanas - Malange, Uíge, Huambo, Huíla e, principalmente, Luanda - *"foram responsáveis por mais de três quintas partes de todo incremento populacional líquido ocorrido no país"* (FNUAP, 1992).

Em 1990, as duas províncias mais populosas do país - Luanda e Huambo - repartiam em partes aproximadamente iguais quase 30% de toda a população. Os conflitos militares posteriores às eleições em 1992 e aos acordos de 1994, que resultaram em praticamente a dizimação da área urbana do Huambo, condicionaram as ondas das migrações forçadas de deslocados de guerra para as áreas urbanas litorâneas, sobretudo para Luanda, e reforçaram as tendências do êxodo rural.

Historicamente, as atividades socioeconômicas em Angola concentram-se em 24 cidades, que em virtude das vantagens de condições de vida servem como alvo do êxodo

rural. Os referidos centros contavam com o funcionamento de 3.846 instalações industriais de cerca de 20 ramos da indústria extrativa e transformadora, dos quais hoje, essencialmente por fatores de guerra, encontram-se paralisados. A produção industrial mantém-se na ordem de 18,0 % da sua capacidade inicial (COSTA, 1994). A grave situação econômica e politico-militar do país determinam os traços característicos da urbanização atual em Angola:

- aceleração crescente;
- desnível entre a estagnação da grande parte do setor produtivo e a acelerada concentração da população de origem essencialmente rural;
- rede urbana desarticulada e com hierarquia inter-regional comprometida pelas tendências atuais;
- enormes desequilíbrios inter-regional, urbano-rural e interurbano;
- acentuação dos benefícios nas áreas litorâneas.

O crescimento acelerado da urbanização em Angola com grau de 37,1% do total da população em 1990 e com cerca de 47,8% atualmente, com uma taxa de crescimento populacional urbana de 5,8% aumentou catastroficamente o déficit habitacional, o congestionamento de equipamentos e serviços públicos, em meio ao desemprego e à inflação, com aumento da criminalidade em cerca de 10 principais cidades, que ainda recebem todo o fluxo das populações refugiadas da guerra (COSTA, 1994).

A cidade de Luanda conta hoje com mais de 2.700.000 de habitantes, é o maior centro urbano de Angola e apresenta graves problemas urbanísticos e socioeconômicos.

A falta de dados adequados para uma avaliação quantitativa das tendências de urbanização em Angola torna difícil a análise precisa do processo atual ao nível do país. Contudo a cidade de Luanda urge de análises mais aprofundadas das suas distorções espaciais e sócioeconômicas para uma intervenção imediata.

CAPÍTULO IV

A EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANA DE LUANDA NO PERÍODO COLONIAL

Em Fevereiro de 1575 chega à ilha de Luanda a armada portuguesa comandada por Paulo Dias de Novais. A ilha foi inicialmente desprezada por portugueses, pois o seu interesse resumia-se na proteção contra as ondas. O que motivava Novais era a captura de escravos e o domínio das lendárias minas de pratas de Cambambe, no sertão de Luanda.

A ilha de Luanda era governada pelo Mani-Luanda, súdito do rei do Kongo, e representante de assinalável interesse econômico como fonte inesgotável de *zimbo-concha* piramidal, principal moeda do reino (Figura 5).

Luanda foi a primeira cidade fundada na África ao sul do Sahara por europeus. Tem foros urbanos desde 1605 e transformou-se em cidade-feitoria, ponto de apoio para a captura local e de guarda e embarque dos escravos para o Brasil. Aqui viriam se estabelecer os traficantes e alguns comerciantes, que construíram habitações com grandes quintais-murado onde permaneciam os escravos destinados ao embarque. A cidade estava rodeada por obras militares que a protegiam quer do lado do mar, quer do lado interior (Figura 6).

A 15 de agosto de 1648, Salvador Correia, financiado por colonos brasileiros desesperadamente necessitados de escravos, retoma a cidade e fica como governador de Angola e seu capitão até 1652, restabelecendo rapidamente o tráfico de escravos. Foi construída a marinha na Ilha e os armazéns e casas para despacho dos navios junto ao porto. O centro administrativo e a igreja, assim como o poder militar, situavam-se na cidade baixa. As tabernas, bodegas e casas da burguesia comerciante foram-se expandindo por toda zona, enquanto que a aristocracia e o clero permaneciam na cidade baixa (a Baixa).

Nas épocas posteriores o desenvolvimento da cidade e a evolução das suas funções urbanísticas encontram-se em interdependência direta com os fatores e condições político-econômicas nacionais e internacionais, como mostra a Tabela 1.

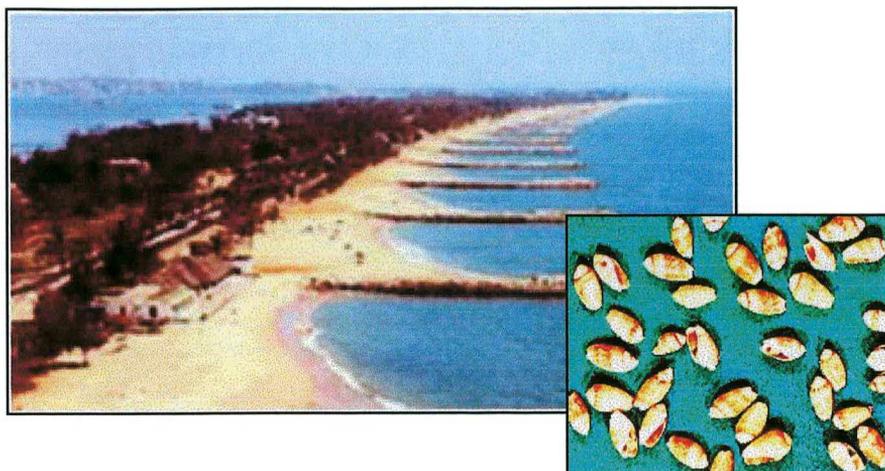


Figura 5. Ilha de Luanda (imagem da década de 1990) e as conchas *zimbo*, que serviam de moeda local antes da chegada dos europeus.

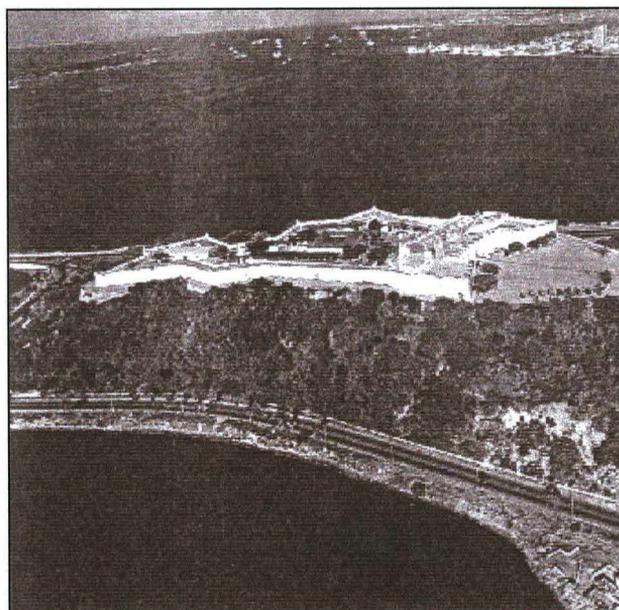


Figura 6. A vista aérea da Fortaleza de São Paulo de Loanda fundada pelos portugueses (imagem atual)

Tabela 1. Evolução histórica da urbanização da cidade de Luanda no contexto político-econômico regional

DATA	FATO HISTÓRICO	OBSERVAÇÕES:
1575 - 1576 1605 1520-1885 1641 -1648	Chegada do Paulo Dias de Novais na Ilha de Luanda e a fundação do porto e da pequena aldeia de Luanda A aldeia de Luanda foi elevada à categoria da cidade Tráfego de escravos A cidade foi tomada por holandeses. Aos 15 de agosto 1648 é retomada por Salvador Correia, restabelecendo o tráfego de escravos e comércio de marfim.	Durante primeiros quatro séculos predomina a política de fixação colonial no litoral e de desenvolvimento das alianças políticas e de redes comerciais com população africanas Ciclo de escravos, cera e borracha. A Luanda exerce as funções do principal centro administrativo, político e militar do poder colonial. Como também é o maior porto e centro de comércio da África Centro – Austral.
1885 - 1910 1885 1917 - 1945	As guerras de ocupação militar Conferência de Berlim. Início de ocupação efetiva do territórios Ciclo de diamantes e de milho	Luanda torna-se a capital oficial da Província Colonial de Angola Luanda representa o foco de expansão colonial. Construção de rede viária e ferroviária. <i>Início da polarização racial do espaço urbano e o surgimento da cidade Alta e Baixa.</i>
1920 1921-1928	A expulsão do centro da cidade da população africana por Decreto do Alto Comissário Norton de Matos. Início da polarização racial da cidade: surgimento da cidade alta (<i>musseques</i>) e cidade baixa dos brancos. Crise econômica e financeira; o colapso do Banco Nacional Ultramarino e a sua substituição pelo Banco Nacional de Angola(1926); proclamação de <i>Código laboral Indígena</i> (1928)	O pesado fardo de imposto à população até 1927 condicionou a redução significativa do seu número como resultado da diminuição das taxas de reprodução e das migração das populações para outras áreas. Com abolição do imposto inicia-se o processo de crescimento lento de número de habitantes. Luanda contava com 20 000 habitantes
1930	Instalação forçada do fascismo e a proclamação do <i>Acto Colonial</i>	A fundação ou ascensão à categoria de cidades de Huambo, Kuito, Lobito, Malange, Namibe datam no período entre 1900 a 1940.
1929 - 1933 1935)	Grande crise mundial e as pragas de gafanhotos (1932, 1934, 1935)	
1931 -1941	Recuperação da balança comercial e equilíbrios de orçamento	No período entre as duas guerras consolidam-se as nascentes

1939-1945	<p>como resultado da política financeira do Salazar; persistência dos problemas de câmbio externo</p> <p>Economia angolana (ao contrario dos outros países africanos) não registra o crescimento de grande vulto devido o deterioração dos termos de intercâmbio e redução de número dos parceiros comerciais (75% de importações eram oriundas da metrópole)</p> <p>Ciclo de Café produzido sob o regime de trabalho de escravo sob contrato – enriquecimento da burguesia nacional devido a alta dos preços do café (1950-52 / Guerra da Corréa).</p> <p>O crescimento econômico registrado contribui para o fluxo crescente de colonos brancos para as cidades nas regiões cafcolas essencialmente. O número de habitantes durante anos cinquenta duplica-se: de 248.000 para 512.543.</p> <p>Período de lutas pela Independência e de crescimento econômico contínuo com reorientação para a economia de minerais. Em 1973 o petróleo destrona o café e inicia-se o ciclo de petróleo.</p> <p>A Luanda é o alvo do fluxo e assentamento da população branca (em parte por eminente ameaça de descolonização) – surto de crescimento no setor imobiliário.</p>	<p>estruturais capitalistas com expulsão dos camponeses de suas terras.</p> <p>Luanda conta com 61.000 habitantes contra 68.000 nas sete restantes cidades do país.</p> <p>Revelam-se as desigualdades entre a agricultura de grande e pequena escalas, e entre os setores rural e urbano.</p> <p>Surgimento e o surto da indústria de construção particularmente em Luanda. Início da explosão da urbanização no norte do País. O número de cidades cresce para 17.</p>
1961-1973	<p>Período de lutas pela Independência e de crescimento econômico contínuo com reorientação para a economia de minerais. Em 1973 o petróleo destrona o café e inicia-se o ciclo de petróleo.</p> <p>A Luanda é o alvo do fluxo e assentamento da população branca (em parte por eminente ameaça de descolonização) – surto de crescimento no setor imobiliário.</p>	<p>As atividade industriais concentram-se em 24 capitais distritais, constituído os pólos primários de atração para migração rural-urbana. A instabilidade das condições de vida que proporcionavam para populações africanas condicionou o crescimento de assentamentos precários centrais e periféricos.</p> <p>A maior parte de Luanda que se conhece até hoje foi construída nesse período.</p>
1970	<p>Aumenta a importância relativa de Luanda. O índice de primazia cresce para 2, 93 comparado com 2, 00 em 1960.</p> <p>Devido as Guerras de Independência as ondas de êxodo rural por razões socioeconômicas complementam-se pelas migrações constantes das populações das áreas de conflitos militares e das de guerrilha para as áreas urbanas do litoral ou para os países vizinhos.</p>	<p>O crescimento demográfico e as migrações aumentam a "dicotomia" racial da cidade e agravam os seus problemas espaciais.</p>

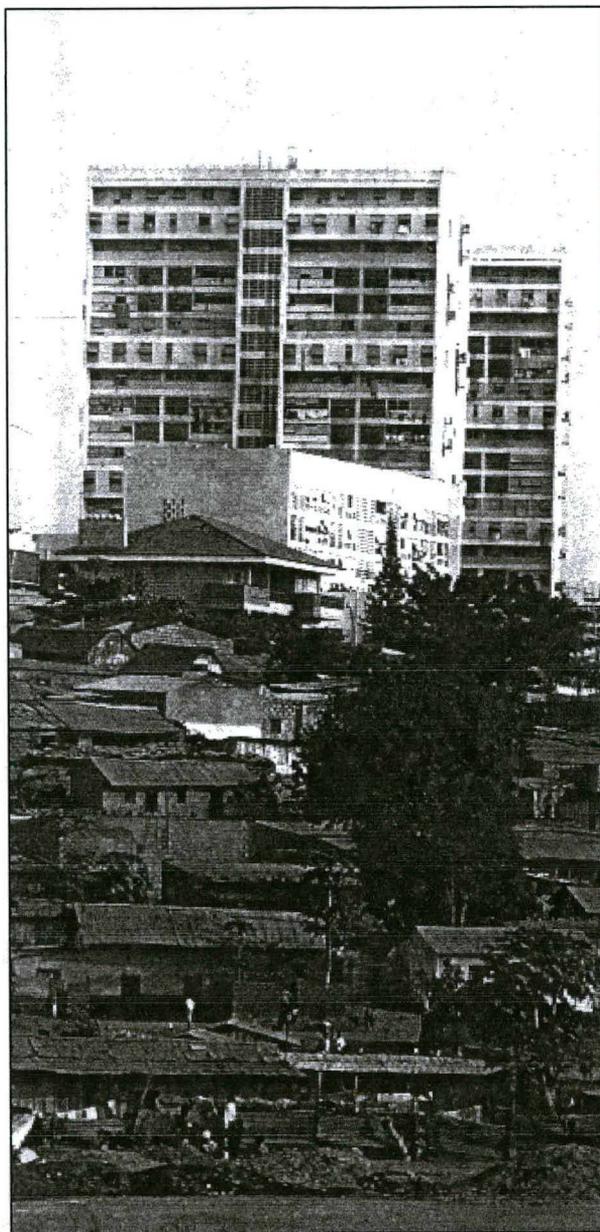
Fonte: Amaral (1992); Colaço (1992); Kiala(1992); Henriques(1998)

O desenvolvimento da cidade só começou no tempo do Marquês de Pombal, através do governador nomeado para a província, Sousa Coutinho. Este abriu os planaltos do interior ao povoamento branco. Com isso, instigava uma agricultura destinada à auto-suficiência alimentar da colônia e à fixação dos colonos nas zonas rurais, garantindo a submissão dos africanos. Fez exportar ferro para o Brasil e Portugal, controlou o comércio de escravos, dirigindo-o para companhias criadas no Brasil por Pombal, incentivou a fabricação de cordoaria na cidade (ciclo de sisal) e a produção de alimentos de origem animal. A ação de Sousa Coutinho foi condicionada à necessidade de descentralizar a administração, para que a cidade e os seus arredores se desenvolvessem economicamente. Foram então construídos vários edifícios importantes: a alfândega, a junta da fazenda, o estaleiro naval, etc...No final do século XVIII já haviam 10 bairros e a cidade alta era apenas um deles.

O século XIX, com a Independência do Brasil trouxe mudanças na postura colonial com relação dos territórios angolanos. Angola torna-se a "menina dos olhos" da Coroa e merece uma série de esforços políticos e financeiros, quanto à sua colonização efetiva. A iluminação da cidade inicia-se em 1839, utilizando óleo de amendoim, e em 1876 passa a usar o petróleo.

A Conferência de Berlim, ao obrigar as potências a uma ocupação efetiva dos seus territórios, marcou o fim da feitoria e o início da trajetória de Angola como colônia de povoamento. *Assim Luanda passa ter o papel de capital política e administrativa da colônia e seu centro comercial, em vez de entreposto e porto de escravos.* As grandes obras começam então: 1883 - foi construído Hospital Maria Pia (a maior instalação hospitalar até hoje); em 1884 - instalado o primeiro serviço de telefones urbanos e em 1886, o cabo submarino; em 1888, foi inaugurada a primeira seção do caminho de ferro de Luanda que ligaria a capital ao interior. Em 1889 começou a jorrar na cidade água canalizada, vinda do rio Bengo. A cidade começa ser vista pelo colonizador como lugar definitivo de vida.

Segundo Colaço (1992), até 1920 a cidade manteve-se quase que exclusivamente africana, com muito poucos habitantes europeus. Os nacionais, de principal cultura Kimbundo, viviam por toda parte, concentrados essencialmente nos quarteirões em torno do porto e no planalto que domina a baía. Em 1920, com decreto de Norton de Matos, Luanda muda de fisionomia, pois os africanos foram expulsos das áreas centrais para as periferias. Inicia-se a polarização racial da cidade, que se agrava nos anos após a II Guerra Mundial, com a explosão demográfica e migrações. Na cidade começa então a aparecer uma nova realidade, o *musseque* – cidade negra - termo específico da cidade de Luanda, que vem do *quimbundo* e significa areia vermelha, que é a formação mais comum na zona (Figura 7).



**Figura 7. Contraste eminente entre o solo urbano e as ocupações anárquicas
– surgimento dos *musseques*.**

Entre 1940 e 1970, a taxa média anual de crescimento populacional de Luanda atingiu mais de 7%, o que corresponde, praticamente, a uma duplicação da população a cada década. O argumento é que esta taxa de crescimento explosivo não só se manteve mas até mesmo cresceu após a desorganização inicial que se seguiu ao processo de Independência, embora a sua composição se tenha modificado ligeiramente (COLAÇO, 1992).

A Segunda Guerra Mundial e a guerra da Coreia (1950-1952) contribuíam para a subida dos preços do café, que se torna neste período o principal produto de exportação de Angola. Como consequência, mereceu grande crescimento a cidade. Com efeito, o café provocou uma corrida de colonos para o norte de Angola, em meio à euforia da descoberta do eldorado africano. Os lucros rápidos adquiridos são em parte reinvestidos em prédios em Luanda e aparece o Bairro de Café. Processa-se então um surto econômico com um crescimento rapidíssimo da cidade. Em trinta anos, a população de Luanda multiplica-se por 8.

Com o início da luta armada, associada às aspirações de independência, o governo português viu-se forçado a incentivar a industrialização e o crescimento econômico para tentar conter o movimento nacionalista. De 1950 a 1970 foram instaladas 1141 unidades industriais (de 20 ramos industriais, produzindo cerca de 77 produtos distintos) em Luanda. O processo de industrialização com a consequente criação de postos de trabalho e a abertura de serviços atraiu grandes massas de população do campo para a cidade. Paralelamente, o governo encorajou a migração cada vez mais maciça de portugueses na intenção de criar uma base social fiel aos desígnios do colonialismo (AMADO & HAKKERT, 1992)

Luanda cresceu rapidamente nas últimas décadas de colonialismo, mas sem plano orientador (Figura 8). As funções do centro urbano (serviços administrativos, gestão e comércio) mantiveram-se numa área baixa e repleta para a qual tudo convergia. A concentração das funções na Baixa levou ao uso intensivo do solo e ao consequente encarecimento dos terrenos, o que provocou uma desenfreada especulação imobiliária e o crescimento vertical da cidade Baixa (Figura 9). Na época da industrialização, as autoridades procuraram afastar as fábricas da parte central da urbe, criando zonas industriais específicas, com terrenos a preços reduzidos ao longo dos eixos viários do Cacuaco e da Viana.

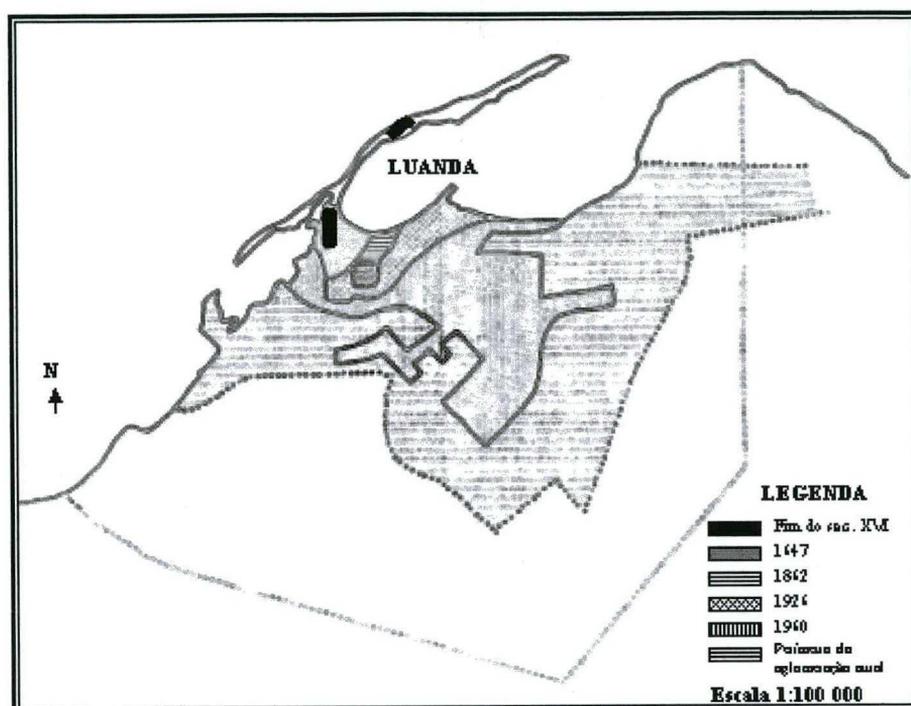


Figura 8. Evolução Histórica da cidade de Luanda

Fonte: Projeto do plano regulador da cidade de Luanda (1971)

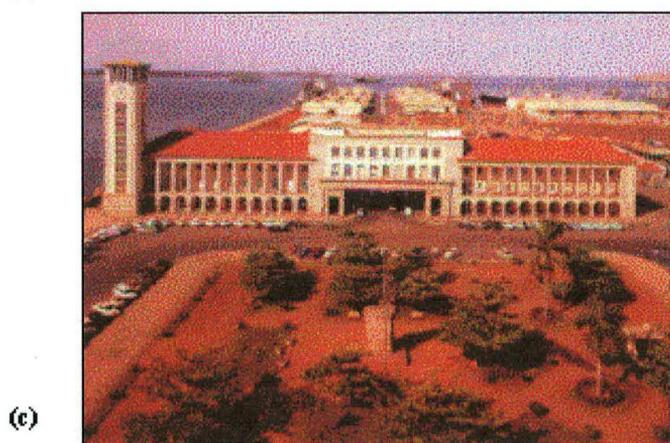
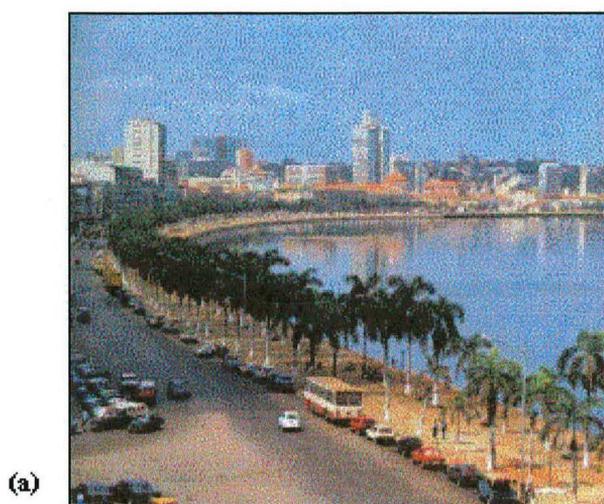


Figura 9. As Imagens da parte Baixa de Luanda - centro administrativo, bancário e comercial da cidade:

(a) - avenida 4^o de Fevereiro; (b) - vista geral da Baixa; (c) - Porto Comercial de Luanda.

CAPÍTULO V

AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO DE LUANDA NO PERÍODO 1975 - 2000

Este capítulo dedica-se à análise dos principais fatores e dos processos que levam à urbanização acelerada da cidade de Luanda, assim como aborda as diversas tentativas de reverter a situação crítica da urbe.

5.1 As Principais Tendências da Urbanização de Luanda no Período de 1975 - 2000

Luanda passou nas últimas duas décadas por várias situações críticas, tais, como guerra urbana, êxodo de técnicos, *invasão do asfalto* pela população rural e o conseqüente colapso dos serviços de manutenção.

A migração é considerada como um fenômeno chave a ser observado, visto que expressa o processo de urbanização, aqui referido pelo crescimento populacional urbano. No caso de Angola, Luanda especificamente, a atual migração para as cidades geralmente não se dá em razão da procura de emprego, uma vez que a população do campo não tem as qualificações básicas para lhe permitir trabalhar na cidade. A migração ocorre em razão da procura por serviços básicos, que só podem ser encontrados na cidade. Nesse contexto, um componente extremamente importante da migração interna é o deslocamento forçado de refugiados políticos e os motivados pela guerra civil, que expulsa populações das áreas de origem para as cidades, primeiramente de forma gradual, e depois em ritmo acelerado. Assim, os movimentos migratórios dos anos oitenta são bastantes diferenciados daqueles dos anos quarenta (AMADO & HAKKERT, 1992)

Na época da Independência, Angola defrontava-se com o desafio de uma recessão econômica e com uma história de subdesenvolvimento colonial e, particularmente, com uma grande escassez de mão de obra qualificada para substituir os empregadores e técnicos portugueses que na sua maioria, haviam deixado o País. As tentativas governamentais para fugir desse cenário de privação foram atropeladas pela deflagração de uma longa guerra civil. Mais de duas décadas de insegurança militar e de calamidades condenaram milhares de pessoas à uma migração forçada e ao exílio em países vizinhos. Assim, nesses anos de

ameaças e de dificuldades econômicas nas áreas rurais, milhares de pessoas foram atraídas para as cidades. O longo conflito e suas desastrosas seqüelas, particularmente nas áreas do interior, contribuíram para o crescimento descontrolado e anárquico das cidades, que tornaram-se lugares de refúgio e de assistência.

Nos últimos vinte anos, a proporção da população angolana residente no conjunto das cidades do país mais do que dobrou. Por sua vez, o fato de o ritmo de crescimento da população rural haver se mostrado bem mais débil durante a segunda metade do período de 1980-1990 parece indicar a intensificação havida no processo migratório campo/cidade em passado mais recente (Tabelas 2 e3).

Embora dados precisos sobre a migração interna em Angola sejam escassos, uma indicação da intensidade desses movimentos para a capital pode ser obtida pela constatação de que 48% dos residentes da província de Luanda, enumerados no Censo de 1983, não eram naturais da mesma, enquanto 18.5% informaram um período de residência inferior a 5 anos (AMADO & HAKKERT, 1992).

A excessiva concentração populacional em Luanda já se reflete em toda uma série de dificuldades e problemas ligados á insuficiência, saturação e inadequação da infra-estrutura produtiva e social existente para abrigar um efetivo populacional que vem crescendo de forma acelerada. Menos pela dimensão absoluta do efetivo populacional atualmente existente, tais preocupações dizem respeito principalmente (AMADO & HAKKERT, 1992):

- a) ao elevado ritmo de crescimento que esse efetivo já apresenta e que poderá vir a se intensificar;
- b) à crescente tendência da desigualdade que se está a verificar na distribuição especial da população e entre tipos de domicílio (rurais e urbanos);
- c) ao intenso processo migratório em direção às cidades e suas conseqüências desfavoráveis em termos de uma urbanização exacerbada e caótica e de uma seletividade dos fluxos migratórios desfavorável às suas áreas de origem;
- d) à grande juventude da população angolana, que eleva a carga de dependência do agregado familiar e pode produzir conseqüências desfavoráveis ao desenvolvimento social e econômico do País;

Tabela 2 População por local de Residência e Respectivas Taxas de Crescimento e Distribuição da República de Angola (1970-2000)

Anos	População (Milhares)			Taxas de Crescimento Demográfico			Densidade	Grau de urbanização
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	(hab/km)	%
1970	5588.0(1)	789.2(1)	4.798.7(1)				4.5	14.1
1980	7.722.0(2)	1.791.1(3)	5.930.9	3.3	8.5	2.1	6.2	23.2
1990	10.002.0(2)	3.705.6(3)	6.296.4	2.7	7.5	0.6	8.0	37.1
2000	13.295.0(2))	6.355.0(4)	6.940.0	2.9	5.5	1.0	10.7	47.8

Fonte: 1) Censo Colonial de Angola; 2) Projeções das Nações Unidas (variante média). United Nations/DIESA, *The Sex and Age Distributions of population*, N. York, 1991; 3) Estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), *Boletim Demográfico n 4*, Luanda, 1987; 4) Extrapolação realizada pelo Núcleo de Estudos da População.

Tabela 3. Crescimento da População Segundo as Províncias (1970-1990)

Província /ano	Pop. Total milhares h/km ²		Distribuição Relativa %		Densidade Demografica		Taxa de Crescimento	
	1970	1990	1970	1990	1970	1990	1970	1990*
Bengo	158,7	161,9	2,2	1,6	3,9	5,2	0,1	13,0
Benguela	456,7	629,8	8,3	6,3	14,6	19,8	1,6	52,1
Bié	597,8	1094,7	10,8	10,9	8,6	15,6	3,1	22,3
Cabinda	79,3	156,0	1,4	1,6	10,9	12,5	3,4	52,9
Cunene	158,8	225,2	2,9	2,3	1,8	2,5	1,8	2,1
Huambo	806,0	1484,4	14,6	14,8	23,8	43,3	3,1	17,6
Huila	528,6	850,0	9,6	8,5	7,1	11,3	2,4	24,6
K.Kubango	110,3	127,3	2,0	1,3	0,6	0,6	0,7	2,9
Kuanza N.	240,6	369,2	4,4	3,7	10,1	15,3	1,2	5,1
Kuanza S	454,2	641,9	8,2	6,4	8,3	11,5	1,7	8,6
Luanda	493,9	1544,4	8,8	15,4	204,3	638,7	5,9	99,1
Lunda N.	199,4	286,5	3,6	2,9	2,0	2,8	0,8	14,5
Lunda S.	120,4	153,0	1,7	1,5	2,1	2,7	1,2	56,0
Malange	535,1	871,5	9,7	8,7	5,6	10,0	2,5	34,4
Moxico	183,7	308,0	3,3	3,1	0,8	1,4	2,6	16,7
Namibe	51,4	110,1	0,9	1,1	0,9	1,9	3,9	74,3
Uige	376,4	809,1	6,8	8,1	6,5	13,8	3,9	32,8
Zaire	37,2	179,0	0,7	1,8	0,9	4,5	9,0	66,1
Angola	5588,0	10002,0	100,0	100,0	4,5	803,0	3,0	37,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) *Boletim Demográfico n° 4*, 1987

* dados estimados

- e) aos elevados níveis de desemprego e subemprego que afetam a população economicamente ativa, principalmente a parcela constituída de mulheres residentes em áreas urbanas, tais como Luanda:
- f) aos sensíveis desequilíbrios que afetam até mesmo os restritos mercados de trabalho formalmente organizados e controlados, devidos em grande parte, tanto á inadequação qualitativa entre os requerimentos da demanda e as condições da oferta de mão-de-obra, como ao baixo grau de mobilidade dessa mão-de-obra entre as províncias do país
- g) ao quadro generalizado de carências que afligem a população angolana e que se traduzem, entre outras coisas, em altos custos sociais decorrentes do agravamento e deterioração da eficácia do sistema do ensino do País e em estado de saúde pública, que caracteriza situação de verdadeira calamidade pública.

Como se vê, o problema de urbanização em Angola é mais do que um problema demográfico, pois reflete todo um elenco de problemas, que se relacionam fortemente entre si e de maneira mais ampla com toda a problemática do desenvolvimento sócioeconómico angolano.

5.2. A População e os Recursos Laborais da Cidade de Luanda

Uma consequência direta da situação acima descrita é que a população total de Luanda, nos últimos 15 anos, cresceu três vezes mais depressa do que a população total de Angola. Assim, atualmente um de cada seis habitantes do país vive na cidade capital (AMADO & HAKKERT, 1992).

O conteúdo nacional da população da capital é bastante variado. Entretanto, predominam os povos do grupo niger-kongo (98% em 1978). Entre estes se destacam os ovimbundo – 35,7%, umbundo – 22,3% e kongo – 12,6%. A população europeia representa 0,1%.

Na estrutura religiosa predominam os católicos e cristãos (50 %), enquanto a outra parte da população dedica-se às crenças e tradições locais.

O controle estatal dos processos demográficos tanto no país como na capital está praticamente ausente. O controle do movimento natural da população realiza-se pelos dados incompletos do registo civil e das igrejas (nascimentos e enterros). Desde 1867 foram

realizadas várias tentativas de realização de censos da população. Os mesmos aconteceram em 1943, 1950, 1960, 1970 e um censo parcial (só para Luanda) em 1983.

Mais da metade do crescimento demográfico de Luanda foi devido ao excedente de nascimento em relação aos óbitos (crescimento natural), sendo o restante uma consequência do êxodo rural. Supondo-se a mortalidade constante (ou em ligeiro declínio), o número médio de filhos nascidos vivos por mulher, no termo da sua vida genésica (50 anos), passou de 4, em 1960, para 8 em 1983, o que por si só revela bem a importância da fecundidade no crescimento populacional da cidade (COLAÇO, 1992). Por outro lado, Luanda, que representava apenas 4,7% da população total do país em 1960, passou a constituir 12% em 1983, para atingir cerca de 16% em 1990, como se pode constatar através da Tabela 4

Tabela 4. Evolução Da População De Luanda Em Relação À População Total De Angola (entre 1940 e 1990)

Ano	Luanda	Angola
1940	61.028	3.738.010
1950	141.647	4.145.266
1960	224.540	4.830.449
1970	475.328	5.620.001
1983	923.842	7.632.455
1990	1.590.000	10.002.000

*Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)
Boletim Demográfico n 1, 1990*

Comparando a estrutura relativa da população de Luanda, segundo os grandes grupos de idade, nos três últimos censos, constata-se ter havido um rejuvenescimento dos efetivos. A população de 0-14 anos de idade passou de 41%, em 1960, para 43%, em 1970, atingindo a cifra de 51%, em 1983. Por outro lado, a população de 15-59 anos, passou, em idêntico período, de 56% à 54% e 48%, respectivamente. Os efetivos de 60 anos e mais, que representavam 3% do total em 1960 e 1970, não foram além de 1%, em 1983 (AMADO & HAKKERT, 1992).

A estratificação sócio-profissional de Luanda modificou-se igualmente no período pós-independência. A população empregada no setor primário decresceu, passando de 17%, em

1970, para 3% em 1983, enquanto que o setor terciário evoluiu, no mesmo período, de 54% a 69% respectivamente.

Na economia da cidade estão ocupados 37% de toda a população, ou 80% da população em idade laboral. A estrutura da ocupação reflete:

agricultura – 3,9%

indústria – 31,5 %

construção – 8,5%

esfera de serviços – 56,1%.

Cresce cada vez mais o setor informal da economia urbana como uma resposta à galopante inflação e a transação caótica da economia formal para uma economia de mercado. Alguns estudos realizados por amostra indicam que 30% dos mesmos foram criados nos últimos 3 anos e que a preferência pelo comércio a retalho ocupa 87% dos negócios nos últimos anos (PNUD, 1997).

O crescimento galopante de Luanda transformou a sua fisionomia e originou o aparecimento dos problemas e dos inconvenientes próprios às grandes cidades do Terceiro Mundo. Esse crescimento efetuou-se essencialmente por via de um setor marginal, fisicamente definido por um habitat defeituoso, escapando ao controle público e a qualquer forma de planeamento urbano. Do ponto de vista cultural, este setor caracterizou-se pela existência de grupos sociais heterogêneos (em diferentes estados de aculturação urbana), cuja interação criou aspectos particulares e específicos de comportamentos, normas e atitudes: sincretismo religioso, formas diferentes de poligamia, passagem da família alargada à família nuclear, novas concepções sobre o exercício do poder familiar, etc (COLAÇO, 1992).

5.3 Situação Atual e Efeitos da Guerra

A província de Luanda tem mais de 3 milhões de habitantes, cuja condição é totalmente determinada por “pressão social” dentro da cidade-capital. Segundo as estimativas, cerca de 2 milhões de pessoas estão morando em favelas (musseque) em péssimas condições de higiene, habitacionais, nutricionais e sociais. A situação continua se deteriorando e parece não ter perspectiva de ser solucionada em curto prazo

Os efeitos da crise angolana, em Luanda(onde assumem nuanças particulares)tem a ver com os seguintes aspectos:

- (1) A posição econômico-geográfica de Luanda, particularmente o seu distanciamento ou sua posição periférica relativamente dos territórios do sul e do leste, a coloca em desvantagem em termos administrativos.
- (2) Luanda caracteriza-se por uma estrutura econômica pouco desenvolvida :estão praticamente ausentes indústrias de maquinaria, indústria química existente é pouco desenvolvido ,assim como a eletroenergética.
- (3) É evidente a grave crise energética, isto é ,o descompasso entre a demanda e a produção da energia elétrica.
- (4) O desemprego dos recursos não qualificados e a falta dos quadros de alta qualificação são problemas evidentes em todas as esferas econômicas.
- (5) Os problemas sociais são cada vez mais evidentes devido a um elevado êxodo rural para áreas urbanas, especialmente para Luanda, revelando-se totalmente precárias as condições habitacionais na cidade;
- (6) Há efeitos nos mais ativos setores da população, especialmente jovens como resultado de seu recrutamento militar;
- (7) Há abandono de fazendas e a remoção do abastecimento agrícola das áreas rurais para os centros de consumo;
- (8) Observa-se a degradação da estrutura administrativa e de Estado e em geral, assim como dos serviços públicos;
- (9) – A destinação de grande parte do orçamento nacional para a guerra adiou a recuperação econômica e a colocou numa difícil situação de cumprimento.

Outros aspectos aparentemente menos importantes estão ajudando á intensificar os problemas conspícuos e urgentes.

Também é bom lembrar que existe uma necessidade de normalizar a operacionalidade das instalações industriais que permaneceram em Luanda.

Luanda é uma parte de Angola que produz, muito pouco em termos de alimentação, sendo o seu consumo proveniente das importações. A área urbana periférica, apesar do solo fraco, tem condições de produzir alguns tipos de gêneros alimentícios, existindo várias plantações sob forma de continuação de residência.

Tabela 5. Centros de Deslocados em Luanda em 1998

Nome de Centro	Numero de Deslocados	Localização	Local de Origem
Huambo	8.360	Anangola e Gika	Huambo
Kuando-kubango	3.505	Palanca estado antigo	Kuando – Kubango
Kwanza-Norte	27.850	Mana-Mena Marcal Supermercado	Kuanza –Norte/ N'Dalatando
Malange	25.112	Rua :Morengo Kiluange	Malange exceto Cacuso
Moxico	12.000	Escola Comandante Gika	Moxico
Bié	6.071	Hoji-ya -Henda	Bié
Lunda Sul	7.418	Abel M.Ngombo Viana	Lunda- sul
Japão	5.015	Japão e São Paulo Casa de ferro	Lunda-Norte, Bengo e Lunda Sul
Zaire	10.831	Somalas/Bungo Porto de Luanda	Zaire
Libolo	8.550	Pisca Bar	Município de Libolo
Cacuaco	309		Kuando- Kubango
Uige	8.087	Armazém de medicamentos Henda	Uige
Benfica	990	Benfica	Kuanza-Norte, Bié, Lunda- Sul e Zaire
Total	124.098		

Fonte: United Nation unit for the coordination of humanitarian aid, United Nation revised consolidate appeal for Angola, February- December 1994, September 1994

A consequência da guerra mais importante, do ponto de vista urbanístico e de explosão de conflitos sociais, é o surgimento de fluxos de deslocados de guerra. Segundo o MINARS (1994) apud PNUD (1997, p 101) "*deslocados são pessoas que foram obrigadas a abandonar o seu local normal de residência por razões alheias à sua vontade, encontrando-se em centros de acolhimento, ou em casa de parentes ou amigos*". O reacender da guerra em 1992 e 1998-99 causou fortes deslocamentos populacionais quer das áreas urbanas, quer rurais. Em 1992, estimou-se que 1,3 milhões de pessoas eram deslocados internos, aproximadamente 10% da população do país (PNUD, 1997)(Tabela 5). Três maiores áreas urbanas (Luanda, Benguela e Namibe) acolhem a maioria da população deslocada, entre as quais Luanda é, sem dúvida ,a maior acolhedora de refugiados. Os estudos realizados pelo Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS) e ONGs mostram que:

- a) A maioria da população deslocada e formada por crianças e mulheres;
- b) A composição reduzida do agregado familiar (média 3 pessoas) indica a desintegração familiar, já que os idosos, vulneráveis e doentes não acompanham o deslocamento;
- c) Em média 50 % dos chefes dos agregados são analfabetos;
- d) A agricultura é a atividade predominante nas áreas de origem;
- e) Todos anseiam o breve regresso para as áreas de origem.

Sendo bastante deficiente a assistência social e alimentícia exercida pelo Estado e muito a realizada pelos ONGs muito esporádica os deslocados enfrentam várias dificuldades de sobrevivência. Deficiência alimentar, desnutrição, ausência de assistência médica e medicamentosa, exclusão social como um todo, entre outros problemas, fazem com que esses indivíduos, principalmente as crianças e adolescentes, "*invadem o asfalto*" em busca de sobrevivência.

Nos últimos anos a assistência a essas pessoas está quase por completo dependente dos organismos internacionais (Cruz Vermelha, Médicos sem Fronteiras, etc) e ONGs, que desempenham também um importante papel na capacitação profissional na reinserção da parcela ativa dessa população, assim como no desenvolvimento na implementação dos programas de recuperação comunitária.

5.4. Cidade de Luanda: Estratégias de Reabilitação

Devido à natureza específica dos problemas de desenvolvimento da província de Luanda, que são em grande parte determinados pela situação social existente na cidade de Luanda, a atenção está sendo voltada aos aspectos específicos do planejamento urbanístico e à preparação do programa de reabilitação comunitária.

Conforme o "*Programa de Reabilitação Comunitária da província de Luanda*", apresentado à Mesa Redonda de Doadores em Maio de 1995 (República Angola, 1995), referem-se às seguintes questões as preocupações mais importantes:

1. Escassez de recursos hídricos e de energia à disposição das comunidades;
2. Subida galopante dos preços das mercadorias, incluindo os dos produtos básicos;
3. Diminuição acentuada do poder de compra, sem o correspondente ajustamento salarial;
4. Degradação dos rendimentos familiares, principalmente nas áreas peri-urbanas;
5. Descapitalização acelerada das empresas e dos pequenos agentes econômicos;
6. Rupturas constantes no abastecimento de bens alimentares de primeira necessidade;
7. Desarticulação do comércio rural e correspondente déficit de bens refletindo-se nos baixos níveis da comercialização de cereais e do gado;
8. Ausência de um sistema financeiro e creditício que promova a iniciativa privada e a recapitalização dos agentes econômicos nacionais;

9. Ausência de uma classe média forte e numerosa que possa, por efeito de propagação, contribuir para uma maior criação de rendimentos na pesca, agricultura e criação de gado, e sua correspondente redistribuição a um número cada vez maior de habitantes.

Neste contexto, o Governo da Província elaborou uma estratégia de reabilitação comunitária que, assentando-se no pressuposto de que há existência de riquezas potenciais em pescado, gado e cereais, deverá progredir no equacionamento dos principais nós de estrangulamento e no restabelecimento do tecido produtivo e social. Contudo, as tendências cada vez mais agravantes das migrações forçadas e a grave crise econômica e social, tornam as desproporções espaciais da área urbana cada vez maiores. A necessidade de realizar estudos dessa índole é atual e a maior relevância.

Para a ocupação do solo da cidade foram elaboradas varias alternativas². Decidiu-se estabelecer uma prioridade territorial concentrando as ações em Cacuaco e Viana - dois municípios na área do perímetro urbano (concentram todo o parque industrial), que mantém um perfil sócioeconômico de população mais rural, e se agregam cada vez mais à área urbana (Figura 10).

A não implementação do Plano Diretor da Cidade de Luanda - já aprovado, a ser implantado com ajuda do Banco Mundial- dificulta a determinação adequada de ações urbanísticas corretivas que se concentram essencialmente na parte central da cidade.

Em termos de atividades prioritárias, a estratégia do programa de reabilitação tem como princípios- guias dar apoio para granjas de pequena escala, especialmente tratando-se de plantações(especificamente frutas e outros produtos hortigranjeiros) e a criação de pequenos animais, especialmente galinhas; sustentar a pesca em pequena escala; equacionar a questão central do fornecimento de água e do sistema de esgoto pluvial ,como bueiros; protagonizar medidas básicas de saúde; restaurar prédios escolares; encorajar construções do tipo mutirão; e reabilitar algumas infra-estruturas comunitárias. Também estão sendo planejadas atividades com o propósito de integrar o desenvolvimento de certas comunidades. Aqui vale citar as atividades que mantêm um alto grau de participação comunitária em Viana II, e a iniciação ,como uma experiência piloto, de uma área rural de desenvolvimento comunitário em um local a ser especificado em Cacuaco além de e um projeto promovido pela igreja Kimbanguista no mesmo município.

Toda via, as difíceis condições de moradia e a má qualidade geral de vida , no que concerne o aspectos como o fornecimento de água, esgotos e sistemas de tratamento de água, assim como mercados de consumo, fornecem argumentos mais do que convincentes para a

² . Na realidade estes planos nunca chegaram a serem aproveitados.

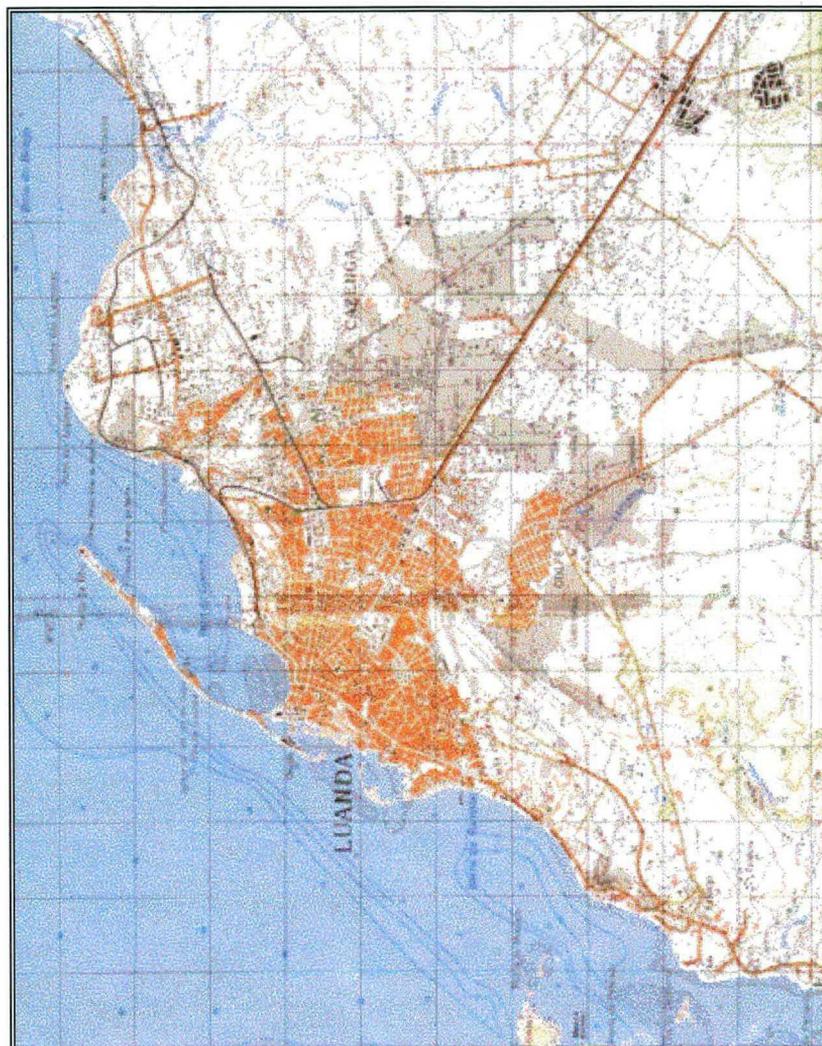


Figura 10. Mapa da cidade de Luanda (Escala 1:100 000)

Fonte: INCA (1980)

inclusão de projetos também nestes campos. Tendo em vista a extensão destes problemas em Luanda, será importante concentrar o esforço na racionalização dos recursos e das atividades a serem geradas, tendo como alvo projetos que terão um efeito multiplicador. O alto grau de participação comunitária está se tornando claro, como é exemplo o projeto ACORD em Viana. Existe também uma necessidade de maior envolvimento das autoridades municipais e provinciais.

Esse programa designado ACORD, compreende um projeto amplo que representa um total de 1.16 milhões de dólares de investimentos. O principal subprojeto está voltado para a restauração a rede de serviços da agricultura ao nível da diretoria provincial com vistas a fornecer e ativar a produção dos camponeses nos municípios de Cacuaco e Viana e a garantir o abastecimento alimentar da cidade capital.

O *objetivo* é fornecer assistência técnica aos produtores rurais, particularmente fazendeiros localizados na cinturão verde de Luanda. A intenção é organizar o sistema de coordenação de vários *inputs* concedidos para o aumento da qualidade e do crescimento da produção agrícola para a enorme mercado de Luanda, que tem cerca de 3 milhões de consumidores.

As atividades são concentradas na reabilitação na Estação de Desenvolvimento Agrário de Cacuaco e Viana, no intuito de apoiar a disseminação de técnicas simples através de demonstrações, testes comparativos e distribuição de manuais e prospectos. O Projeto vai cobrir a delimitação da área de preparação de terra e manutenção de equipamentos. Os grupos alvos serão, também, famílias que terão espaço avaliado para criação de aves, na razão de 12 aves por família.

A intenção dessas atividades é, também, melhorar a capacidade técnica e profissional da equipe do Departamento da Produção Agrícola, que cuida do apoio técnico da inspeção e da supervisão do treinamento dos agricultores.

As organizações não-governamentais como ACORD, DW, ADRA e Igreja Kimbanguiste de Angola (IKA) baseiam suas atividades-piloto no Cacuaco, com o objetivo de desenvolver a área social da comunidade, onde estão integradas as atividades como agricultura, pesca, saneamento, comércio, saúde e educação.

Várias ONGs estão a focar as suas atividades para as populações peri-urbanas e para acampamentos de refugiados, que estão crescendo dia - a - dia . A metodologia de participação visa promover a responsabilidade multi-setorial da comunidade, a criação de capacidade técnica e condições estruturais do local, que vai paulatinamente permitir lhes funcionar sobre uma base independente e sustentável (Tabelas 6 e7)

Tabela 6. ONGs Nacionais e Setores de sua atuação na Província de Luanda

Ajuda alimentícia	Saúde/nutrição	Assistência	Água/saneamento	Agricultura	Logísticas	Educação	Outros
ACORSDR	AALSIDA	ACJ	ACJ	ADRA-S	SODAR	COFDES	IEUA
AHSBC	ACJ	ACM	PHCOA	ACORSD		FONGA	FONGA
ASDU	ACORSD	ACORSDR		APS		IEUA	
IEUA	R	IEUA		COFDES		SCAM	
ACAM	FONGA	LWEI		SODAR		SODAR	
SODAR	IEUA	SCAM		IERA		IKA	
CARITAS	CICA	SODAR				AALSIDA	
ANMIGA	CBA					ACM	
AEA	CVA					USODEC	
	SCAM					APV	
	SODAR						
	USODAC						

AALSIDA	Associação angolana de combate á AIDS
ACJ	Associação cristão do sul
ACM	Associação de jovem cristão
ACORSDR	Aliança cooperativas de desenvolvimento rural
ADRA-S	Ação para desenvolvimento rural e environment
AEA	Associação evangélica de Angola
ANMIGA	Associação de veteranos eficientes
APS	Ação para progresso social
AHSBC	Associação Humanitária Samuel Brace Coles
ASDU	Associação solidaria para desenvolvimento do Uige
CARITAS	caritas
CICA	Conselho Angolano das Igrejas Cristão
CBA	Convenção Batista Angolana
COFDES	Grupo fraternal para desenvolvimento da sociedade
CVA	Cruz Vermelha Angolana
FONGA	Federação de Associações não governamentais Angolana
IERA	Igrejas Evangélica Reformado em Angola
IEUA	Igrejas Evangélica Unida de Angola
LWEI	Associação Humanitária Lwei
PHOC	Programa Humanitária para Órfão
SCAM	Solidariedade cristão para ajuda mútua
SODAR	Ajuda democrático Angolano
USODEC	União Social Cristão para desenvolvimento da comunidade

Fontes : *United Nation unit for the coordination of humanitarian aid,*
United Nation revised consolidate appeal for Angola,
February- December 1994, September 1994

Tabela 7. ONGs Estrangeiras e Setores de Atuação em Luanda

Ajuda alimentícia	Saúde/Nutrição	Assistência	Água/saneamento	Agricultura	Educação	Outros
ADRA-I DW CICS LWF	ADPP ADRA-I CIC DW GOAL IFRC LWF MSF-B	ADPP DW LWF NPA OXFAM	ADPP CICS DW MSF-B	LWF	ADPP CCF CICS MDM-S DW	A fricare SCF-UK

ADPP	People-for-People Development
ADRAI	Asventiste Development and resource Agency
Africare	Africare
DW	Development work shop
CCF	Christian Children's Fund
CIC	Association for cooperation,exchange and Development
CICS	International center for cooperation and Development
IFRC	International Federation of the Red Cross
LWF	LutheranWorld Federation
MDM-S	Médicos del mundo-Spain
MSF-B	Médecins sans Frontière- Belgium
NPA	Norwegian People's Aid

*Fontes :United Nation unit for the coordination of humanitarian aid,
United Nation revised consolidate appeal for Angola,
February- December 1994,September 1994*

O abastecimento de água e o saneamento básico, a saúde pública e a prevenção epidemiológica, a gestão pública e comunitária dos bebedouros e fontes, a coleta de lixo e a construção de latrinas, a arborização, a criação de fontes de emprego e renda familiar.(como horticultura, criação de peixe, artesanato, padaria doméstica),a educação e o treinamento profissional , são áreas-alvo das ações do Estado e das ONGs.

Sob a direção do Gabinete de Planeamento do Governo Provincial de Luanda pretende-se criar uma operação unida na qual o comitê de apoio deve representar as ONGs, Igrejas, os setores privados e as comunidades. O Programa Geral compreende diversos sub-programas, que visam o desenvolvimento das atividades setoriais. Assim, por exemplo, destacam-se os sub-programas para a *reabilitação de infraestrutura básica e fornecimento de água, de desenvolvimento agrícola, de educação e assistência social, de fornecimento de energia, de habitação e serviços básicos, de desenvolvimento comunitário, etc.*

Para efetivar o programa de reabilitação comunitária como um todo, será necessário fortalecer o planeamento e a capacidade de gerenciamento da administração municipal e de comissões distritais. O gabinete de planeamento provincial vai ter que coordenar várias partes envolvidas nos projetos. A execução desse processo administrativo envolverá necessariamente representantes de todas os segmentos, o que exige capacitação e habilidade de negociação e diálogo maiores do que as reveladas até agora. A modernização do poder público e a descentralização das responsabilidades e das ações dirigidas representam os maiores desafios do atual Governo.

CONCLUSÕES

A grave situação econômica e político-militar do País determinam os seguintes traços característicos da urbanização atual em Angola:

- aceleração crescente;
- desnível entre a estagnação da grande parte do setor produtivo e a acelerada concentração urbana da população de origem essencialmente rural;
- rede urbana herdada do período colonial desarticulada e com hierarquia inter-regional comprometida pelas tendências atuais;
- enormes desequilíbrios inter-regional, urbano-rural e interurbano;
- ênfase em iniciativas que representam benefícios nas áreas litorâneas.

A falta de dados adequados para uma avaliação quantitativa das tendências de urbanização em Angola torna difícil a análise precisa do processo atual ao nível do país. Contudo a cidade de Luanda revela-se como uma síntese dos problemas urbanos de Angola, os quais refletem as graves dificuldades do País. A questão urbana angolana, e especificamente de Luanda, urge de análises mais aprofundadas das distorções espaciais e sócioeconômicas, para com vistas a subsidiar uma intervenção imediata.

A capital de Angola é uma cidade poli-funcional, que ocupa o primeiro lugar entre as cidades do País.

A forte influência colonial na organização e configuração da cidade permanece até hoje, em meio à ausência de uma gestão adequada. Luanda cresceu rapidamente nas últimas décadas de colonialismo, mas sem plano orientador. As funções do centro urbano (serviços administrativos, gestão e comércio) se mantiveram concentradas numa área baixa atulhada para a qual tudo convergia. A concentração das funções na Baixa levou ao uso intensivo do solo e ao conseqüente encarecimento dos terrenos, o que provocou uma desenfreada da especulação imobiliária e o crescimento vertical da cidade baixa. Na época da industrialização, as autoridades procuraram afastar as fábricas da parte central da urbe, criando zonas industriais específicas, com terrenos a preços reduzidos ao longo dos eixos viários do Cacuaco a da Viana.

A excessiva concentração populacional em Luanda já se reflete em toda uma série de dificuldades e problemas ligados à insuficiência, saturação e inadequação da infra-estrutura produtiva e social existente para abrigar um efetivo populacional que vem crescendo de forma acelerada. As atuais tendências de urbanização e de ocupação do solo urbano caracterizam-se:

- a) pelo elevado ritmo de crescimento, que efetivo populacional apresenta e que poderá vir a se intensificar;
- b) pela crescente tendência da desigualdade que se está a verificar na distribuição especial da população e entre quadro de domicílio;
- c) pelo intenso processo migratório em direção da cidade e suas conseqüências desfavoráveis em termos de uma urbanização exacerbada e caótica
- d) pelos elevados níveis de desemprego e subemprego que afetam a população economicamente ativa, principalmente a parcela constituída de mulheres;
- e) pelos sensíveis desequilíbrios que afetam até mesmo os restritos mercados de trabalho formalmente organizados e controlados, devidos em grande parte, tanto à inadequação qualitativa entre os requerimentos da demanda e as condições da oferta de mão-de-obra, como ao baixo grau de mobilidade dessa mão-de-obra entre as províncias do país
- g) pelo quadro generalizado de carências que afligem a população angolana e que se traduzem, entre outras coisas, em altos custos sociais decorrentes do agravamento e deterioração da eficácia do sistema do ensino do País e em estado de saúde pública, que se caracteriza por uma situação de verdadeira calamidade pública.

Neste contexto, as soluções a serem buscadas passíveis devem basear-se em tentativa de numa nova ordenação do território, um desenvolvimento regional equilibrado, que trava a concentração urbana, aproveite adequadamente os recursos naturais, respeite as comunidades sociais e culturais existentes e utilize os investimentos públicos para proporcionar trabalho e serviços às regiões até agora subdesenvolvidas. *Sem uma reestruturação econômica, uma política efetiva de descentralização, sem a correspondente autonomia regional e sem uma programação ecológica global do conjunto do país, será quase impossível solucionar a fundo os problemas colocados pelo crescimento urbano das grandes cidades.* As recentes intervenções e Programas desenvolvidos visam:

- Controle público sobre a utilização do terreno urbano;
- Política habitacional que torne a moradias um direito social;
- Equipamentos coletivos adequados, financiados pelo Estado ou pela iniciativa privada sob planejamento municipal;
- Um forte controle, planejamento e investimento público sobre o funcionamento da cidade;
- Descentralização do poder municipal e das suas políticas fiscais...

Contudo, as dificuldades, sobretudo de carácter financeiro e político-militar são exacerbadas . As soluções construtivas parecem estar possíveis somente com a chegada da Paz definitiva e o regresso das populações deslocadas para as áreas de origem.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO F.F; HAKKERT, R. Urbanização e Desurbanização em Angola. In: *Cadernos de População e Desenvolvimento*, Ministério do Plano e FNUAP, Luanda, ano I n° 1, jan-jun, 1992
- AMARAL, I. Medidas portuguesas para a ocupação e organização de espaços nas margens continentais do Atlântico Sul, em África e na América do Sul, no século XVI (apontamentos de geografia histórica). In: *Revista Garcia de Orta-Geografia*. Lisboa, v. 14, n° 1 e 2, p. 1-13, 1992.
- AMARAL, I. Luanda em meados do século XIX, revelada num texto de 1848. In: *Garcia de Orta, Ser. De Geografia*, Lisboa, 9 (1-2), 1978, p. 1-16
- ANUÁRIO DEMOGRÁFICO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995 *Demographic Yearbook*. Nova York: Nações Unidas. 1995, Ed.: Nobel & Order .Institute for Policy Studies, Washington, 1995.
- BERRY B. Cidades como sistemas dentro de Sistemas de cidades In: *IBGE (org. textos básicos) URBANIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO: relações com desenvolvimento econômico*, IBGE, São Paulo, 1980. p. 25-49
- CASTELLS, M. La ciudad informacional. Tecnologías de la información, estructuración económica y el proceso urbano-regional. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales [online]*, Universidad de Barcelona :Alianza Editorial, N° 98, 1998, Disponível na Internet URL: <http://www.globetrotter.berkeley.edu/faculty/Castells.html>. Consultado em 23 de Setembro de 1999.
- CASTELLS, M. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 193 p.
- COLAÇO, L. F. A Situação da mulher em Angola: Alguns Dados Estatísticos Luanda, OMA/ASDI, In: *Cadernos de População e Desenvolvimento*, Ministério do Plano e FNUAP, Luanda, ano I n° 1, jan-jun, 1992
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*, São Paulo: Ática, 1991. pp 51-84
- COSTA, S.N. A Problemática dos Espaços Urbicológicos In: I° Simpósio Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 15-18 abril de 1994. Luanda
- COSTA, S.N. *A evolução historico-geográfica da organização territorial da província do Namibe (Angola)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis. 1999.
- DERRAUX. M. Geografia Humana. Rio de Janeiro, Ed: Echer, 1976, p. 45-66
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) Boletim Demográfico n 1, 1990

- FERRARI, C. *Curso de Planejamento Municipal Integrado*. São Paulo: Ed. Pioneira. 1982. 631p.
- FERREIRA, M.N. Angola no espaço econômico português: o enquadramento legislativo-institucional e as questões econômicas In: Africana. 1994
- FNUAP. *Cadernos de População e Desenvolvimento*, Ministério do Plano e FNUAP, Luanda, ano I nº 1, jan-jun, 1992
- HAUSER, P.M., SCHONORE, L. F. *Estudo de Urbanização*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- HENRIQUES, I. C. *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, 836 p.
- KARNAUKHOVA, E.V., *A Posição Econômico - Geográfica de Angola / Aulas de Geografia Econômica*, Luanda: UAN-FE, 1993, p10.
- KIALA. Problemática de crescimento urbano em Angola In: Cadernos de População e Desenvolvimento, Ministério do Plano e FNUAP, Luanda, ano I nº 1, jan-jun, 1992
- PNUD, relatório do Desenvolvimento Humano. Angola 1997. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, Luanda, 1997, 125 p.
- RELA, J.Z. *Angola : entre o presente e o futuro*. Lisboa, Ed: Progresso, 1990. 645p.
- REPÚBLICA ANGOLA, *Community rehabilitation programme – LUANDA. Round Table Conference os Donors*, Luanda, 1995, 60 p.
- RODRIGUEZ, S.M., COTILLA, T.F. *Geografia Urbana*. Universidad de la Habana. La Habana. 1989. Pp. 75-90.
- SINGER, PAUL. *ECONOMIA POLITICA DA URBANIZAÇÃO*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1990. 152 P.